

Clarinda Rodrigues Lucas

**INDEXAÇÃO:
GESTO DE LEITURA DO
BIBLIOTECÁRIO**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística

Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem

1996

Ao Juan e ao Dario

SUMÁRIO

RESUMO	
INTRODUÇÃO	
O DISCURSO DA BIBLIOTECONOMIA: O BIBLIOTECÁRIO E SUAS FUNÇÕES.....	
...A dupla função da Análise do Discurso	
O imaginário e a ideologia	
Divisão do trabalho de leitura	
OS SENHORES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO	
Organização do saber, organização do poder	
A memória técnica - dessacralização da memória	
Metamorfoses da memória na idade média	
A imprensa e os progressos da memória escrita	
Os campos semânticos: mneme e memória	
A memória coletiva exteriorizada	
A memória eletrônica	
A memória coletiva e os diferentes usos da memória	
A memória e o interdiscurso	
LEITURA: UMA ENTRADA NA PALAVRA, VIA BARTHES	
Classificação das práticas de leitura	
Ler é uma prática social	
Ler é uma forma de sabedoria	
A leitura, via etimologia	
A noção de leitura, via intenções do autor	
Modelos de leitura	
Leitura como noção de produção de sentido	
Leitura como noção de escrita	
A leitura e a semiologia	
O OLHAR LEITOR DO BIBLIOTECÁRIO E A LEITURA DE ARQUIVOS	

BIBLIOTECONOMIA: PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO

.....

A QUESTÃO DA MEMÓRIA E A MATERIALIDADE DISCURSIVA

O SUJEITO INSCRITO NO DISCURSO BIBLIOTECÁRIO

CONCLUSÃO

RESUMEE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

Resumo: A partir da verificação do imaginário que cerca a figura do bibliotecário, este trabalho recupera seu papel na construção da memória, como representada nas bibliotecas, nos arquivos, procurando relacionar memória, interdiscurso e leitura. Privilegia a leitura do bibliotecário para fins de indexação e, trazendo para a discussão as contribuições da análise do discurso, verifica o lugar deste profissional na divisão social do trabalho de leitura. Contrapondo textos que tratam da teoria de Indexação (o modo de leitura do bibliotecário), às palavras-chave, os cabeçalhos de assunto que são o resultado desta leitura, dá visibilidade à subjetividade deste leitor. Conclui que a explicitação dos processos que informam a leitura do bibliotecário em sua prática de indexação, somado ao instrumental teórico-metodológico que a apóia, contribui para que esta leitura seja mais fecunda e desdobrada de representações dos textos existentes nas bases de dados das bibliotecas.

Palavras-chave: Análise do Discurso /leitura/ interpretação/
indexação / biblioteconomia/ análise documentária

INTRODUÇÃO

As questões colocadas neste trabalho estão densamente entrelaçadas mas, para fins de organização, faz-se necessária a sua separação em capítulos.

De início, situaremos o Bibliotecário, verificando o imaginário que o cerca, observando os contornos de sua figura e a descrição de suas funções.

Em seguida, faremos um recuperação da função da memória através da história. Memória aqui, explicitamos antecipadamente, é o arquivo, o registro escrito. Le Goff (1992) será uma de nossas referências e suas reflexões constituirão a base de onde procuraremos relacionar memória, interdiscurso, biblioteca e leitura.

Percorreremos, a seguir, junto com Barthes (1984) , as práticas de leitura, num andar que pisa o terreno da história e do social. Memória e leitura, em nosso trabalho, se interligam fortemente, visto privilegiarmos a leitura do Bibliotecário, leitor, classificador, indexador de arquivos, produto da memória que se formou no decorrer da história do homem: a Ciência, a Literatura, as Artes que estão topograficamente nas Bibliotecas, nos Museus, nos Centros de Documentação. O Bibliotecário aqui é o profissional que organiza a Memória.

O Bibliotecário trabalha o tempo todo com a memória, seja ela científica, literária, artística, e o seu instrumento de trabalho é a leitura. É lendo que ele codifica, classifica, indexa, atribui palavras-chave, descritores, que vão ser os indicadores para a consulta aos índices das bibliotecas, dos arquivos, quer estejam em formato magnético ou em papel.

Escolhi percorrer, em detalhe, o texto de Le Goff sobre a Memória e o texto de Barthes sobre a Leitura, visando, no entrelaçamento do painel histórico e social, percorrido por ambos, uma base, um platô que possibilitasse a visão do caminho, também percorrido pelos primeiros arquivistas-leitores, até os dias atuais.

A partir deste panorama, e com os olhos da Análise de Discurso, busco observar a formação discursiva, as condições de produção, a intertextualidade que constroem o imaginário do

Bibliotecário em sua prática de leitura, o seu lugar marcado na divisão social de trabalho de leitura.

Privilegiei o texto de Lancaster (1993) sobre indexação e resumos e o texto de Kobashi (1994) sobre a busca de metodologia para elaboração de informações documentárias, por considerá-los representativos da linha teórico-prática que orienta as atividades de indexação como de fato realizadas pelos Bibliotecários.

Tendo como ponto de partida os textos que tratam da teoria da indexação, também chamada de análise documentária, em contraposição a resultados deste trabalho - as palavras-chave, os assuntos atribuídos aos textos-, pretendo desvelar o sujeito leitor do discurso da indexação.

**O DISCURSO DA BIBLIOTECONOMIA:
O BIBLIOTECÁRIO E
SUAS FUNÇÕES**

O DISCURSO DA BIBLIOTECONOMIA: O BIBLIOTECÁRIO E SUAS FUNÇÕES

"Eu desconfio que ninguém achará razão nestas palavras, quando o que me intitula é a Biblioteconomia. Mas pra mim foram os pensamentos sossegados que pensei e que quiz dizer. Para mim, que envelheço rápido, o pensamento como a vista já vão preciosamente perdendo aquê dom de precisão categórica, que define as idéias como as coisas nos seus limites curtos. De-fato a Biblioteconomia é, dentre as artes aplicadas, uma das mais afirmativas. Diante dêsse mundo misteriosíssimo que é o livro, a Biblioteconomia parece desamar a contemplação, pois *categoriza e ficha*. É engano quase de analfabeto imaginar tal desamor; e não foi sinão por um velho hábito biblioteconômico que, faz pouco, me fichei na categoria dos envelhecidos, o que posso jurar ser pelo menos uma precipitação.

Isso é a grandeza admirável da Biblioteconomia ! Ela torna perfeitamente acháveis os livros como os seres, e alimpa a escôlha dos estudiosos de toda suja confusão. Este o seu mérito grave e primeiro. Fichando o livro, isto é, *escolhendo em seu mistério confuso uma verdade*, pouco importa qual, que o define, a Biblioteconomia torna a verdade utilizável, quero dizer: não o objeto definitivo do conhecimento, pois que houve *arbitrariedade, mas um valor humano, fecundo e caridoso de contemplação*. E pelo próprio hábito de fichar, de *examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas*, a Biblioteconomia *rallenta* os seres e acode aos perigos do tempo, tornando para nós completo o livro, derrubando os quépis e escovando as becas".

"Biblioteconomia" é uma das crônicas reunidas no livro "Os filhos da Candinha", de Mário de Andrade. Fonseca (1992) cita este texto em livro destinado a estudantes de Biblioteconomia, pretendendo mostrar-lhes "como o livro, a biblioteca, o leitor e o Bibliotecário são encarados numa perspectiva abrangentemente humanística". Fonseca

diz ainda que "esta perspectiva é importantíssima para o futuro Bibliotecário, libertando-o do indesejável tecnicismo, procurando exorcizá-lo(...).É do que precisam, para evitar a deformação profissional".

Uma aproximação maior do texto de Mário de Andrade nos permite esboçar um perfil, uma visão estereotipada e idealizada do Bibliotecário: aquele que categoriza e ficha o conhecimento que está nos livros, classificando-o, dando-lhe visibilidade, codificando-o (quem dá códigos, esconde ?) Cabe a ele dar visibilidade, aclarar e, como diz Andrade, ele "alimpa a escôlha dos estudiosos de toda suja confusão".

O "mérito grave e primeiro" da Biblioteconomia para Mário de Andrade é que ela "torna perfeitamente acháveis os livros como os seres" e, mais adiante, "fichando o livro, isto é, escolhendo em seu mistério confuso uma verdade, pouco importa qual, que o define, a Biblioteconomia torna a verdade utilizável...".

"Tornar *perfeitamente* acháveis os livros" tem um peso grande. E este peso está, certamente, nos sentidos (e seus equívocos) arregimentados em "perfeitamente". Em outro lugar de seu texto, ao citar a "arbitrariedade" na escolha de uma "verdade" e a indeterminação "não importa qual" que o livro traz, acrescenta que "não (houve) o objeto definitivo do conhecimento [...] mas um valor humano, fecundo e caridoso de contemplação." O que significa esse "humano", "fecundo", "caridoso" nesse discurso ? O que significa "contemplação" ? Este nosso trabalho talvez traga alguns elementos para a sua compreensão.

Poderia, por outro lado, nos parecer que o autor está superestimando (com ironia) a competência dos Bibliotecários. Sabemos no entanto, que Mário de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, estando à ele subordinada a

Biblioteca Municipal nos idos de 1934 (Fonseca,1992), tendo portanto uma relação mais complexa com isso que escreve.

Há um imaginário que perpassa a figura do Bibliotecário, um discurso sobre a Biblioteconomia e a função do Bibliotecário, situando-o como um ponto na cadeia da acumulação de conhecimentos pelo ser humano. Aqui pretendemos a "desconstrução de um certo olhar" (Orlandi, 1990) que marca o Bibliotecário enquanto funcionário da memória, guardião do conhecimento. Para tanto, nossa análise recairá sobre textos que tratem do Bibliotecário, suas funções, seu perfil enquanto leitor, enfim, sobre o imaginário existente na história quando fala dos Bibliotecários; imaginário este que, como sabemos, constitui processos de significação, produzindo efeitos de sentido ao longo da história. Que sujeito é este? Que leitura ele (nos) faz ?

Interessa-nos pensar o Bibliotecário no decorrer da história, desde os primórdios, ainda na Antiguidade, quando estes profissionais eram as memórias vivas dos reis até a atualidade, quando a memória já é artificial, está nos computadores, mas mesmo assim não prescinde de Bibliotecários, ou outros nomes que eles venham a ter, para organizar a memória da humanidade. A nossa preocupação é compreender a figura deste leitor que se constrói ao longo da história, no entremeio da memória.

Parece-nos haver uma contradição entre o Bibliotecário descrito por Mário de Andrade, que parece capacitado a manejar com sabedoria a verdade da ciência inscrita nos livros e a formação que é dada à estes mesmos profissionais, que não lhes dá condições de exercer os poderes e as funções inerentes às suas atividades. Quando falamos em formação, não pretendemos fazer análise de currículo. Privilegiaremos a atividade de leitura do Bibliotecário, mais especificamente na sua prática de indexador de textos, onde aparece a metodologia que o sustenta.

Vamos procurar o sentido do "ser Bibliotecário" num longo percurso no tempo e no espaço através dos textos em que os "funcionários da memória" aparecem. Procuraremos compreender o que para nós ainda é hipótese: há contradição entre o que se pede à estes profissionais e a formação que se lhes dá? Ou, mais geralmente, que relação é esta que existe entre a formação e a prática do Bibliotecário ?

Roger Chartier (1994) em seu texto "A ordem dos livros" escreve sobre o "duplo postulado da leitura":

"que a leitura não está, ainda, inscrita no texto, e que não há, portanto, distância pensável entre o sentido que lhe é imposto (por seu autor, pelo uso, pela crítica, etc.) e a interpretação que pode ser feita por seus leitores; conseqüentemente, um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado".

No caminho que vai da produção do conhecimento até a sua divulgação há uma trajetória, passando também pelos Bibliotecários e suas linguagens de indexação, classificações e outras técnicas de organização da informação. Trabalhamos com a hipótese de que há a ilusão de completude, uma positividade em torno da prática biblioteconômica que queremos investigar.

Visamos, parafraseando Chartier (1994), um deslocamento desta positividade que cerca a prática de leitura do Bibliotecário, indexador de arquivos, buscando no despreendimento de nossos limites, muito seguros, e das evidências que nos são por demais familiares, construir a posição do sujeito-leitor Bibliotecário.

A DUPLA FUNÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Ao escrever sobre o sentido da história para o analista do discurso Orlandi (1990b) fala da importância de se ligar a história às práticas e não à cronologia:

"Insistimos no sentido particular do que é a história para o analista do discurso. A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da Análise do Discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a historicidade, o que significa se colocar no interior de sua relação de confronto de sentidos".

O discurso se relaciona duplamente com a história, porque se produz em condições determinadas, projetando-se no futuro, e também porque, sendo histórico, cria tradição, no passado, direcionando os novos acontecimentos. Ele faz isso operando no plano da ideologia, que, para a Análise do Discurso, não é mera percepção do mundo ou representação do real.

Explicitar o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia, é o que pretendemos neste entremeio entre a história e a ideologia. Nessa perspectiva, como dissemos, é em relação ao poder que a ideologia é considerada.

O IMAGINÁRIO E A IDEOLOGIA

A relação de sustentação estabelecida entre o imaginário e a ideologia é muito produtiva para o entendimento dos processos ideológicos que vem a constituir o discurso que trata da leitura em Biblioteconomia. Ainda segundo Orlandi (1990b), podemos pensar a ideologia como "direção nos processos de significação", considerando-se que o imaginário que produz essas relações discursivas é político. Desse modo, o que pensamos ser "evidências" são na realidade "cristalizações, produto naturalizado, e só podem sê-lo pela relação da história com o poder". Nessa perspectiva, a ideologia já não é definida como dissimulação mas é tomada como interpretação do sentido em uma direção determinada. O que produz o

efeito de evidência, é a completude sustentada pelo mesmo, pelo já lá. A ideologia não se relaciona à falta, diz Orlandi (idem) mas, ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude.

O processo ideológico que constitui o discurso da Biblioteconomia, especificamente quando trata da leitura, está permeado por sentidos estabilizados, por uma memória. Esta memória produz um imaginário sobre este profissional - e sobre as bibliotecas: por um lado centros do poder (Thompson, 1977), por outro, a imagem dos Bibliotecários afundados em livros, sem nenhum apreço pelos usuários, deformados pelos processos técnicos. No dizer de Antonio Houaiss "haverá sempre Bibliotecários celestes e Bibliotecários pedestres", sendo celestes os que têm o apreço e não o desprezo da comunidade.

Voltemos aos Bibliotecários, que, para Mário de Andrade, têm o mérito de escolher no mistério dos livros uma verdade, ainda que com arbitrariedade e, eu diria, indeterminação. Essa verdade escolhida pelos Bibliotecários está assentada em metodologias e no uso de ferramentas de trabalho, produto da história - os tesouros, as listas de cabeçalhos de assunto, palavras-chave, descritores, enfim, toda uma nomenclatura trabalhada na Biblioteconomia. Esse é o discurso que sustenta o discurso do Bibliotecário, a sua verdade.

Para Fonseca (1992), a formação dos Bibliotecários esteve sempre entre a erudição e a técnica. A formação erudita tem sua tradição na École Nationale de Chartes, fundada em Paris, em 1921; Melvil Dewey, por sua vez, fundou na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, uma escola de orientação técnica.

Fonseca, contrariando a realidade do ensino da Biblioteconomia no Brasil, afirma que a formação dos Bibliotecários deveria ser a nível de pós-graduação numa das áreas do conhecimento científico ou humanístico. Coloca ainda sua experiência como organizador, diretor e professor de cursos de Biblioteconomia como reforço à esta conclusão.

Este dilema entre o erudito e o técnico, o edificante e o utilitário, o idealismo e o pragmático, para nós é falso. Importa-nos a discussão em torno do que o Bibliotecário produz, do resultado de seu trabalho.

DIVISÃO DO TRABALHO DE LEITURA

Pêcheux (1994), ao escrever sobre a questão da leitura ligada a construção da memória coletiva, constatou a existência de formas distintas do trabalho de leitura de arquivos, delimitadas historicamente entre sujeitos que organizam os arquivos (atividades de cópia, classificação, indexação) e sujeitos, autorizados a ler, escrever e interpretar, produzindo assim leituras originais. Dessa diferença resulta a divisão social do trabalho de leitura de arquivos, distinguindo-se: a) leitura enquanto apreensão do documento (literal) de b) a leitura interpretativa.

O gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma Formação Discursiva¹, constituindo uma posição deste sujeito. Sabemos que o sentido é sempre sentido *para*, e não sentido *em si*. A própria noção de assujeitamento - sujeito à e sujeito de - está relacionada à produção de sentidos entre as Formações Discursivas que repartem o sentido, trabalhando a divisão da interpretação.

O movimento de interpretação realizado pelo sujeito vem carregado de uma *memória* (de uma filiação), que aparece como negada, sem que o sujeito se dê conta: os sentidos aparecem como já-lá. Isto, para Orlandi (1994), constitui-se no "equivoco constitutivo da *ideologia*".

¹ Pêcheux (Semântica e discurso. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988) definiu Formação Discursiva como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de uma sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)."

Ao afirmar que toda formação social têm suas formas de controle da interpretação, historicamente determinadas, Orlandi aponta para os mecanismos de controle do sujeito diante da impossibilidade da relação direta do sujeito com o sentido.

Recuperamos de Pêcheux (1994) a idéia de reconstrução dos gestos de leitura e de Orlandi (1994) a idéia de que há "discursos sobre", onde as diferentes vozes (dos discursos de) se organizam, lugar este onde o discurso histórico se institui, onde a memória é disciplinada e reduzida.

Nessa perspectiva, temos a preocupação de compreender a figura do Bibliotecário - leitor de arquivos, que se constrói ao longo da história, no trabalho da memória. Queremos conhecer a condição mesma da existência deste leitor: o Bibliotecário, o arquivista, escrivão, copista, funcionários da memória, trabalhadores anônimos, que realizam as tarefas fastidiosas (no dizer de Pêcheux), através das quais os aparelhos do poder de nossa sociedade (Estado, Igreja, Empresas, etc) gerem a memória coletiva.

**OS SENHORES DA MEMÓRIA E
DO ESQUECIMENTO**

OS SENHORES DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

Le Goff (1992), no seu livro "História e memória", faz um percurso através da história, desde a Grécia arcaica até os dias atuais, onde afirma que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de "mecanismos de manipulação da memória coletiva por parte de classes, de grupos, de indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas", revelando também a preocupação destas categorias em tornarem-se "senhores da memória e do esquecimento".

Para além da reconstrução histórica dos diferentes meios encontrados pelo Homem para fixar, organizar e estabilizar o que vem a constituir-se a memória coletiva, interessa-nos explorar a figura dos profissionais da memória que anonimamente a constroem. Este será o nosso fio condutor.

Nas sociedades sem escrita havia a figura dos homens-memória, depositários da história "objetiva" e da história "ideológica" atuando como guardiães dos códigos reais, os historiadores da corte, os genealogistas. Nestas sociedades a memória coletiva parecia ordenar-se em torno dos mitos de origem, do prestígio das famílias dominantes - as genealogias e o saber técnico - ligados à magia religiosa. A sua manutenção visava a coesão do grupo.

O desenvolvimento da escrita permitiu à memória coletiva o desenvolvimento de duas formas. Uma delas é a da inscrição na pedra e no mármore dos acontecimentos memoráveis através de monumentos nos templos, nos cemitérios, nas praças da Grécia e Roma antigas, servindo como afirmação e publicidade das conquistas. A memória aqui é a do vencedor.

A outra forma de memória ligada à escrita é o documento (o manuscrito), com função de armazenar informações, permitindo a sua

comunicação através do tempo e do espaço. A função da escrita ao permitir a passagem da memória oral para a visual, permite o reexame, a reordenação e a retificação de frases e até de palavras isoladas.

O passo seguinte nos leva à fronteira onde a memória se torna história; os reis criam *instituições-memória*: arquivos (diplomáticos, financeiros, administrativos), bibliotecas, museus, memória real, onde os reis narram acima de tudo os seus feitos.

Le Goff cita os arquivos reais chineses, que tinham como suporte o bambu, datados do século IX A.C., compostos sobretudo por perguntas e respostas dos oráculos, formando um repertório de receitas de governo, onde os arquivistas tinham a qualidade de adivinhos: eram os guardiães dos acontecimentos memoráveis próprios de cada reinado.

ORGANIZAÇÃO DO SABER - ORGANIZAÇÃO DO PODER

Com a passagem da oralidade à escrita, um novo saber-fazer técnico permite a memorização palavra por palavra: os processos mnemotécnicos. Nas civilizações antigas são importantes as listas lexicais, os glossários, os tratados de onomástica, assentados na idéia de que *nomear é conhecer*.

O aparecimento dos *funcionários da memória* pode ser localizado numa instituição citada por Le Goff (1992):

"A instituição é a do *mnemon* que permite observar o aparecimento, no Direito, de uma função social da memória. O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda "em vista de lembranças e de testemunho". Mas pode ser também uma função durável. O aparecimento destes *funcionários da memória* lembra os fenômenos [...] relacionados ao mito, e à

urbanização. Na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar um ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas *memórias vivas* transformaram-se em *arquivistas*".

Temos a salientar que estas *memórias vivas* estavam ligadas diretamente a manutenção do poder do Estado, da Igreja, que se concentravam no rei, no imperador.

A MEMÓRIA COMO TÉCNICA - DESSACRALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

A mnemotécnica contribuiu para a dessacralização da memória, acentuando seu caráter técnico e profissional. A partir de seu aparecimento, o que antes era tido como um dom, no âmbito do sagrado, passa a ser visto como técnica.

A memória artificial a partir da mnemotécnica estava baseada em dois princípios: a lembrança das imagens, necessária à memória, e o recurso à uma organização, uma ordem, essencial para a boa memória. A distinção entre os *lugares da memória*, onde por associação os objetos da memória são dispostos e as *imagens*, formas, símbolos que permitem a recordação mnemônica foram muitos importantes.

Nenhum dos tratados de mnemotécnica da Grécia antiga chegou até nós. Três textos latinos nos informam sobre ela, e constituíram a teoria clássica da memória artificial, durante séculos: a *Rhetorica ad Herennium*, compilada por um mestre anônimo de Roma entre 86 e 82 a.C., e que na Idade Média foi atribuída à Cícero, o *De oratore* de Cícero (55 a.C.) e o *Institutio oratoria* de Quintiliano, no fim do século I de nossa era. Como se vê nestes títulos, a memória está incluída na

retórica, que dominou a cultura antiga, renasceu nos séculos XII-XIII, durante a Idade Média e, com os semióticos e outros retóricos reapareceu em nossos dias.

METAMORFOSES DA MEMÓRIA NA IDADE MÉDIA

Nessa perspectiva, os traços mais característicos da memória na Idade Média são a cristianização da memória e da mnemotécnica, havendo uma repartição entre uma memória litúrgica e uma memória laica; o desenvolvimento do culto a memória dos mortos, principalmente dos santos; a articulação do oral com o escrito no ensino; e o aparecimento dos tratados de memória (*artes memoriae*).

A partir da doutrina clássica dos lugares e das imagens, Tomás de Aquino formulou um conjunto de regras mnemônicas que influenciaram, principalmente durante os séculos XIV e XVII os teóricos da memória (teólogos, pedagogos e artistas): a necessidade de se criar simulacros, isto é, lugares adequados para se guardar as coisas que se deseja recordar; imagens guardadas em uma ordem calculada, de forma que de um ponto recordado se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede (a memória é razão); e também a necessidade de se meditar com frequência no que se deseja recordar.

A IMPRENSA E OS PROGRESSOS DA MEMÓRIA ESCRITA

Leroi-Gourhan (1990) caracterizou bem a revolução da memória pela imprensa, ressaltando que até o seu aparecimento dificilmente se distinguem diferenças entre a transmissão oral e a transmissão escrita.

A massa do conhecido permeia as práticas orais e as técnicas; sendo que é no manuscrito que se fixa , desde a Antiguidade, todo o saber acumulado, para ser aprendido de cor. Com o impresso, o leitor além de ter diante de si uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, é frequentemente exposto a textos

novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual.

OS CAMPOS SEMÂNTICOS : MNEME E MEMÓRIA

Observando a evolução, na língua francesa, dos dois campos semânticos saídos da *mneme* e da *memória*, o autor (Le Goff, *idem*) verifica que esta palavra sofreu várias modificações:

Na Idade Média aparece a palavra central *mémoire*, no século XI. *Mémorial* (...contas financeiras) em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um dossiê administrativo.[...]. O século XV vê o aparecimento de *mémorable* ligado às artes *memoriae* juntamente com a renovação da literatura antiga - memória tradicionalista. No século XVI, em 1552, aparecem os *mémoires*: memórias de algum personagem; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma.

O século XVIII cria, em 1726, o termo *mémoraliste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. A partir desta época, a opinião pública, através dos jornais é manifesta, sendo produtora de sua própria memória.

Na primeira metade do século XIX as criações verbais em torno da palavra memória proliferam: *amnésie*, na área médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1823), *mnémotechnique* (1836) e *mémorisation*, na pedagogia; e em 1853 *aide-mémoire*. Em 1907 *mémoriser* resumindo a influência adquirida pela memória em expansão.

Por esse breve percurso recuperado por Le Goff da palavra memória na língua francesa, podemos trazer para a reflexão as várias conotações que esta palavra assume: a de testemunho administrativo (dossiê) a serviço do poder (o rei); a serviço das artes e da literatura; a serviço do indivíduo (memória pessoal para as gerações futuras); a serviço da opinião pública (memória jornalística); a serviço da ciência médica e do ensino (a memória como capacidade do

ser humano armazenar conhecimento); a serviço do homem através das máquinas (memória agregada - a atual memória dos computadores).

A MEMÓRIA COLETIVA EXTERIORIZADA

A memória técnica, científica e intelectual passa a estar reunida, no século XVIII, nos dicionários e enciclopédias, constituindo cada vez mais a memória exteriorizada, isto é, a memória não depende mais da capacidade de memorização, de técnicas de recordar. Ela está fragmentada, nos diversos tópicos de entrada dos textos que a armazenam, caracterizando-se como uma forma evoluída de memória exterior.

A Grande Encyclopédie, editada em 1751, foi elaborada como uma série de manuais, reunidos como um dicionário, configurando-se como *memória alfabética parcelar* na qual cada engrenagem isolada mantém uma parte animada da memória total.

A MEMÓRIA NACIONAL E OS ARQUIVOS PÚBLICOS

Os séculos XVIII e XIX assistem na Europa ao aparecimento dos depósitos centrais de arquivo, principalmente aqueles destinados a fornecer à memória coletiva das nações: os "monumentos de lembrança".

Com a criação dos arquivos nacionais na França, consequência da Revolução de 1790, os documentos da memória nacional francesa passam a ser públicos; a Inglaterra organiza em 1838 o Public Record Office em Londres, e o arquivo secreto do Vaticano, criado em 1611, é aberto ao público por Leão XIII.

São criadas, neste período, as primeiras instituições voltadas para a formação de especialistas no tratamento de fundos de memória em Paris (1821), em Viena (1854) e em Florença (1857).

É deste período o aparecimento dos museus abertos ao público (Londres, São Petersburgo, Madri, Berlim, Florença),

destinados a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos da lembrança. Também as bibliotecas são abertas ao público, principalmente nos Estados, a partir de 1731.

A MEMÓRIA ELETRÔNICA

No século XIX, o volume da memória coletiva não cabe mais na memória individual. A memória passa a estar representada nas fichas das bibliotecas, dos arquivos e museus.

Durante o século XVIII e parte do século XIX os cadernos de notas e os catálogos de obras eram os suportes da memória; no início do século XX a documentação é a disciplina que organiza a memória dos museus, dos arquivos, das bibliotecas em fichas². Trata-se, ainda que de maneira rudimentar, de um "verdadeiro córtex cerebral exteriorizado", nas palavras de Leroi-Gourhan (1990), tendo em vista a possibilidade de arranjos múltiplos por parte de um pesquisador.

Nos anos 50, a introdução dos computadores provoca uma verdadeira revolução da memória: a possibilidade da memória eletrônica, distinta da memória humana por sua duração. A memória humana está sujeita ao esquecimento enquanto a memória das máquinas é ilimitada, dependendo de técnicas de armazenamento.

Outro dado é que os processos de estabilização da memória humana acontecem de maneira distinta da estabilidade da memória das máquinas. São maneiras diferentes, permeadas por fatores culturais, sociais e políticos dentre outros.

A memória das máquinas se impõe pela sua grande estabilidade enquanto materialidade, e é sustentada pelo efeito de transparência produzido pela reprodução e condensação dos registros. Por outro lado, ela reproduz aquilo que já se tornou a memória do Homem, algo parecido

² Seria importante fazermos um estudo assemelhado ao de Le Goff para sabermos, em nossa história (do Brasil), como se constituíram as instituições e os "materiais" de armazenamento desta mesma memória.

ao tipo de memória que representa o livro, mas combinada, no entanto, com uma facilidade de evocação até então desconhecida.

A MEMÓRIA COLETIVA E OS DIFERENTES USOS DA MEMÓRIA

Pierre Nora (1984) definiu a memória coletiva como "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado." Observa que história e memória sempre se confundiram, indo-se da história à memória coletiva. Mas, observa ele, com a influência da mídia, a história imediata caminha em direção de um mundo acrescido de memórias coletivas.

Os arquivos, escreve Nora, são constituídos em função dos diferentes usos que os Estados, os meios políticos e sociais fazem da memória, sendo estes os verdadeiros criadores e denominadores da memória coletiva. Para este autor, lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações constituem-se em memoriais da história.

Leroi-Gourhan (1990) salienta o fato do homem, desde seus primórdios, buscar na constituição de um aparato da memória social dominar problemas da evolução humana, sendo a memória coletiva uma das grandes questões da sociedade:

"A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...] A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder [...] Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (orais e

audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão”.

De nossa parte, temos a observar que, se por um lado a memória foi sendo cada vez mais pública, esta mesma característica contribuiu, contraditoriamente, para torná-la mais sagrada, mais intocável. Explico-me: se concordamos com Le Goff e com Pierre Nora que a memória é reveladora de esquecimentos e silêncios dos senhores que zelam pela sua construção, o fato de torná-la pública, amplia o número de indivíduos que terão acesso a essa memória, desterritorializada e globalizada pela *inforvia* de informações (este grande latifúndio virtual que é a Internet).

Entendemos que os Bibliotecários, os arquivistas, ao realizarem o seu trabalho de leitura dos documentos, nas instituições onde atuam, se inserem e contribuem para a construção daquilo que vem a ser a memória coletiva (o registro, a história); e o arquivo que daí resulta é elaborado em função do uso que as diferentes instituições fazem da memória.

A MEMÓRIA E O INTERDISCURSO

Observamos, neste percurso que fizemos com Le Goff, como a memória se relaciona com o poder e como este autor a caracteriza em sua exterioridade, como artefato, como técnica.

Zoppi-Fontana (1994) escreve: “os lugares da memória, [...] pelo seu caráter simbólico, se inscrevem no funcionamento imaginário dos processos de significação, produzindo efeitos não só independentemente da “vontade política” de qualquer setor do Estado,

mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar”.

Sabemos, em *Análise do Discurso*, que o lugar da memória pensado como *interdiscurso* é outro: a memória funciona como espaço de legitimação, espaço este que atualiza e reorganiza o imaginário, tendo a linguagem como constitutiva de sentidos e de identidades e não como instrumento de expressão.

O *interdiscurso*, para Orlandi (1990b), é “ o lugar da constituição dos sentidos, a verticalidade do dizer (domínio da memória), que retorna como o *já-dito*: falamos com palavras que já têm sentido.

LEITURA:
UMA ENTRADA NA PALAVRA,
VIA BARTHES

LEITURA: UMA ENTRADA NA PALAVRA, VIA BARTHES

"Bem longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos lavradores de antanho [...], os leitores são viajantes: eles circulam sobre as terras de outrem, caçam furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram, arrebatam os bens do Egito para com eles se regalar. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar, e multiplica a sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não se protege contra o desgaste do tempo (nós nos esquecemos e nós a esquecemos ". (Certeau, 1994)

A noção de leitura pode ser pensada a partir de várias abordagens - e muitos foram os intelectuais que a ela se dedicaram. Escolhemos as reflexões de Roland Barthes (1984) como entrada inicial. Vamos seguir o seu texto "Leitura", pontuando as questões e os aspectos que dizem respeito a nossa pesquisa.

Nesse texto, ele coloca em questão o ponto de vista a adotar a respeito das múltiplas formas de utilização da palavra *leitura*. Tanto essas formas - a da sociologia, da fisiologia, da semiologia, da religião, da fenomenologia, da psicanálise, da filosofia - assim como as várias disciplinas tem o que dizer. E a leitura "não é a soma destas palavras" (Barthes, idem). Ele pergunta então: "o que é a leitura ?" e propõe que não se tenha método, que se avance "a golpe de vista, instantâneo". E o que isto significa para Barthes ? Significa "abrir entradas na palavra, ocupá-la por meio de sondagens sucessivas e diversas, segurar muitos fios ao mesmo tempo - que, entrelaçados, tecem a trama da leitura." (Barthes, 1984)

CLASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Inicialmente, Barthes define leitura como um conjunto de práticas codificadas, que histórica e socialmente estão envolvidas e, para articular um discurso sobre a leitura, esboça uma classificação das práticas de leitura, na tentativa de através da ciências sociais, da história à sociologia compreender esta palavra.

Para este autor as práticas de leitura (ler) compreendem os sentidos que passaremos a comentar.

LER É UMA TÉCNICA

A leitura é uma técnica de decodificação, na medida em que os signos inscritos segundo um determinado código (escritas, músicas, diagramas) só podem ser entendidos através de sua decodificação. Sendo a leitura uma técnica, ela necessita ser aprendida, e daí uma pedagogia, que durante séculos sofreu várias mudanças até as recentes tentativas de leitura dinâmica. Esta técnica (a decodificação) obedece a uma economia: visto a origem da escrita estar associada a agricultura que se desenvolvia na área mediterrânea. Neste período, ler equivale a desarmazenar, isto é, abrir o depósito onde os escribas, com suas técnicas primitivas de contabilidade e registro atualizavam os dados referentes as colheitas de uma estação para a outra.

LER É UMA PRÁTICA SOCIAL

Durante milênios a leitura, o saber ler, foi uma forma de discriminação social. Desde o início saber escrever e ler esteve ligado (com os escribas reais) às esferas do poder e da religião. A leitura estava ligada a possibilidade de se medir o tempo, a comunicação, a capacidade de memória, sendo um instrumento privilegiado de poder, de segredo. Os seus especialistas eram os clérigos e os escravos que dependiam do poder.

LER É UMA FORMA DE GESTUALIDADE

Barthes realça a distinção entre a escrita (codificação, criação) e a leitura (mental, abstrata). Escrever teria mais valor, por ser atividade de criação e ler seria mais uma atividade de consumo, mais passiva. Por outro lado, veremos que nem sempre foi assim, pois durante séculos a leitura foi uma atividade forte, na qual o corpo estava, por estatuto, empenhado: a leitura constituía-se em gestos de ator, ler discursos constituía-se parte integrante da retórica, era teatral.

A leitura, hoje, é interiorizada, e espelha, através do próprio corpo o que a leitura é: um prazer, um trabalho, um passatempo.

LER É UMA FORMA DE SABEDORIA

Na Idade Média a leitura era concebida como possibilidade de acesso de um sujeito a um tesouro (de conhecimento, de pensamento), era uma via para o alcance da sabedoria, prescrita e recomendada como exercício (leitura dos textos sagrados).

LER É UM MÉTODO

A retórica - método de escrita para produção de discursos e depois de obras- foi, até o século passado, privilegiada nas escolas, através do ensino da "composição" e do "estilo".

A ascensão da burguesia, trouxe a organização do ensino laico, e uma nova ordem- o importante não era o aprendizado da escrita, e sim o aprender a "ler".

Ler quer dizer *ler bem*, decifrar criticamente os textos: ler com atenção, de uma maneira bem informada, e não mecânica ou inocentemente: trata-se de estabelecer institucionalmente como objeto da educação não a *operação* de leitura (objeto principal do ensino primário), mas a *atividade* de leitura, como desenvolvimento da inteligência crítica. Ler torna-se então método intelectual destinado

a organizar um saber, um texto, e a restituir-lhe todas as vibrações de sentido contidas na sua letra, de que a primeira leitura é, precisamente, garante.

Aqui a leitura pode transformar-se novamente em escrita, escrever-se-a a própria leitura, há o primado do texto sobre o comentário. Ler adquire três auréolas prestigiosas : a da ciência (exatidão, rigor), a da razão (desmistificação), a do gosto (conformidade com o Belo).

LER É UMA ATIVIDADE VOLUNTÁRIA

A leitura é vista por Barthes na atualidade, como uma atividade voluntária, que é feita sem espírito de troca, apenas para o prazer do leitor. O prazer da leitura está no próprio ato de ler, independentemente do conteúdo dos textos, sendo a leitura um das vias privilegiadas de acesso ao imaginário, podendo, como realça Barthes, assumir o caráter eufórico de uma perversão.

Após listar esta classificação de práticas de leitura, Barthes chama nossa atenção para o fato de todo discurso sobre a leitura ser inexato à força de ser redutor, e realça a definição de leitura como "o que não pode ser reduzido".

LEITURA, VIA ETIMOLOGIA

Na etimologia da palavra leitura está implícito o próprio ato de ler. Leitura, por transposição do grego e do latim, designa a atividade de recepção do texto escrito no sentido de contar, enumerar: ao ler, enumeramos unidades de texto, letras, sílabas. O seu sentido está próximo do que hoje entendemos por soletrar, enumerar sucessivamente as letras de uma palavra. A etimologia da palavra "ler" supõe, para Barthes, a evocação de uma fisiologia, exigindo uma pedagogia da leitura.

Entre os sentidos do latim *legere*, "percorrer" e "colher", encontra-se antes de "ler", indicando que a leitura designa, simultaneamente, dois modos de acesso ao texto: reconhecer, percorrer, é ter o acesso sequencial (leitura de romances), colher, compreender, é ter o acesso seletivo (leitura de um dicionário), sendo que toda leitura participa dos dois modos de acesso, do percurso e da recolha. Quando lemos, o reconhecimento e a compreensão se complementam. Através do reconhecimento o texto é desconstruído, e através de sua compreensão construímos um outro texto, que já é o texto do leitor. A leitura efetivada pelo leitor é um ato de produção de um outro texto, não é neutra ou inocente, não é mera reprodução na medida em que ocorre a amplificação do texto que a ocupa.

"...quando me sintonizo com o texto, qualquer coisa se põe em movimento: avanço, estou à espreita, e repentinamente qualquer coisa, como um obstáculo, suspende a minha progressão. Talvez seja nesse instante que levanto a cabeça, que o meu olhar se suspende, que abandono o fluxo. E o que ocorre é uma espécie de choque, de fratura que quebra, parte a uniformidade do texto: é um encontro um reconhecimento. Deparo com um índice - uma impressão, talvez falsa, de já visto ou já ouvido, uma reminiscência - e reconheço-me no texto. Digo-me, depois: "Era isso mesmo". Trata-se de uma pontuação que corta o texto, fragmenta-o em partes separadas, em abrigos que me são acessíveis porque já disponho deles, já os habito. São princípios de sentido. Os textos que não me falam, que me caem das mãos, são aqueles em que não descubro nenhum elemento de reconhecimento, sobre os quais deslizo sem encontrar presa. Precisaria de os escavar, o que aliás não me é impossível (consigo, se insistir, ler quase tudo: devo, como costuma dizer-se, sintonizar-me), para cavar o meu buraco." (Barthes, 1984)

A NOÇÃO DE LEITURA, VIA INTENÇÕES DO AUTOR

A noção de leitura enquanto relação entre o autor e o leitor deriva da concepção do sujeito cartesiano (século XVIII). Descartes escreveu o que seria um lugar-comum durante vários séculos: "A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com as pessoas mais honestas dos séculos passados, que foram os seus autores".

A "intenção" é o termo privilegiado no qual esta leitura se pensa: "a boa leitura seria aquela que, no seu termo, tivesse apreendido o que o texto que dizer, ou o que o autor queria dizer". A coisa a ler passa a ser o projeto, a intenção, o pretexto do autor, o leitor deve penetrar o texto e reconstituir, via leitura, a intenção do autor.

O modelo de leitura proposto, como comunicação entre dois sujeitos, através de um texto, têm sua realização no prefácio, cujo protótipo se encontra em Descartes. Barthes conta a história:

" Numa carta ao tradutor que virá a juntar-se, como prefácio, à edição francesa dos *Principes de la philosophie (1647)*, escreve que seria bom juntar um prefácio que declarasse ao leitor qual o assunto do livro, qual o projeto ao escrevê-lo e qual a utilidade a extrair".

Hegel, no seu prefácio à *Fenomenologia do Espírito (1807)* discordou da concepção de Descartes da relação do texto com a verdade. O prefácio, enquanto enunciado da intenção do autor, não tem valor como modo de exposição da verdade. Em Hegel, o texto filosófico é autônomo, é universalmente inteligível, o texto filosófico não é a expressão da verdade, é o seu modo de existência, é a verdade. O autor e o leitor são particulares, circunstanciais, sendo o texto universalmente inteligível. O ideal da transparência do texto para uma leitura ideal baseia-se no postulado da univocidade da linguagem: realiza-se no discurso da ciência.

MODELOS DE LEITURA

Vejamos a premissa da qual partem os modelos de leitura para Barthes: todo texto é, de certo modo, o depositário do sentido e da verdade. Nessa premissa se realça ainda que todos os modelos de leitura têm em comum um ideal de neutralidade, de univocidade.

Os modelos de leitura estão atrelados à concepção de sentido que buscam: a leitura como gnose, a busca do espírito do texto é o modelo de leitura cristão; a leitura como modo de extração da essência corresponde ao sentido empirista, e finalmente, o modelo de leitura como inteligibilidade universal esta pressuposto na busca do sentido lógico-científico como conceito.

LEITURA COMO NOÇÃO DE PRODUÇÃO DE SENTIDO

O mito de neutralidade, de univocidade e de significância comum a todos os modelos de leitura vistos até aqui, foi derrubado, segundo Barthes, por Marx, Nietzsche e Freud. O sentido não é mais um dado que preexiste ao texto. Os tres trabalham sobre uma nova noção de sentido. O sentido, para Barthes, é uma produção, não precede o texto, não está nele depositado nem é um dado. É, no texto, por assim dizer, sempre adiado, uma *produção*:

"A leitura é sempre um ato, o ato da produção do sentido: investe o texto, fá-lo dar sentido. O sentido é um valor, aquele de que a leitura investe o texto. Por outras palavras, é desta maneira o próprio texto que é um pretexto, um potencial de sentido para uma leitura. A leitura produz sentido, [...] dá sentido à existência: transforma e torna manifesto".

Após os trabalhos de Althusser (sobre Marx), Nietzsche e Freud, o mito da completa determinação do texto já não tem mais lugar, não se crê mais na leitura inocente, sendo a verdade do texto a sua leitura: o texto é aberto, polissêmico.

Barthes rompe com o mito do grau zero da leitura, e introduz aqui o fato da leitura ser praticada sempre em uma dupla dimensão na medida em que põe em jogo dois textos, onde a leitura é uma interpretação de um texto em relação ao outro: e o sentido é aquilo que está em jogo em ambos.

"Quais são estes dois textos ? Um é aquele que está aqui, o objeto real, o livro que está debaixo dos olhos, à mão. Mas o outro ?[...] É muito difícil descrever o outro texto. Talvez porque, precisamente, não se descreve: escreve-se. Não é o sintoma do texto, é o meu próprio sintoma, é a minha história, é o outro, o conjunto dos significantes que já estão lá. E ler é estar ali. - como diz Heidegger -, receber o novo significante".

Hoje, a articulação da leitura e da escrita deslocou-se, e tornou-se corrente afirmar a sua equivalência. São ambas práticas significantes, produções de sentido. A sua identificação passa pela concepção do sentido que agora prevalece".

LEITURA COMO NOÇÃO DE ESCRITA

A articulação da leitura e da escrita são hoje correntes, sendo práticas significantes, produções de sentido. A leitura como escrita, trabalho do texto, aproxima-se da *lectio* medieval, onde o comentário é o repetível da leitura. A leitura é um gesto de apropriação, e toda a escrita enquanto é sempre reescrita, é o deslocamento coerente do que já esta lá.

A LEITURA E A SEMIOLOGIA

A semiologia ao postular que toda a produção de sentido se realiza segundo certos códigos trouxe para a leitura novas possibilidades de abordagem. Toda leitura implica em códigos, que se intercalam, se dispõem em platôs distintos. Ler não é somente decifrar códigos, ideogramas. Outros códigos atuam, e os modos de leitura podem ser tantos quanto os diferentes sujeitos que a realizam. As possibilidades de leituras são infinitas, o legível não tem limites.

Diante de infinitas possibilidades de leitura, Barthes aponta para o que chama de "paradoxo do leitor": ao decodificar letras, palavras, sentidos, estruturas, o leitor acumula decodificações, e finalmente incorre numa inversão dialética - não mais decodifica, sobredecodifica, ao se deixar atravessar pelas linguagens, não decifra, produz.

**O OLHAR LEITOR DO BIBLIOTECÁRIO
E A LEITURA DE ARQUIVOS**

O OLHAR LEITOR DO BIBLIOTECÁRIO E A LEITURA DE ARQUIVOS

Voltamo-nos aqui para a prática do Bibliotecário enquanto leitor. Interessa-nos explicitar o olhar-leitor deste intérprete de arquivos, a compreensão dos seus gestos de leitura, o modo como este leitor trabalha sobre materialidades discursivas, o aparato teórico que sustenta suas leituras e interpretações produzindo o efeito de completude - afinal a Biblioteconomia tem entre suas finalidades a organização da informação, a recuperação do sentido dos textos para os leitores.

No texto "Ler o arquivo hoje ", Pêcheux (1994) se refere ao grande número de *escrivãos, copistas, contínuos, funcionários anônimos*, à serviço do Estado, da Igreja, ou de uma empresa, que se dedicavam, desde a Era Clássica até a atualidade, a uma prática de leitura silenciosa e sem pretensão de qualquer originalidade

Neste contexto, configuram-se práticas de leitura distintas : de um lado os *literatos* (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que por tradição dividem a leitura de arquivos com os "escreventes", e de outro os *cientistas*. Cada um deles pratica a sua própria leitura e constrói o seu mundo de arquivos.

Ao escrever sobre a divisão do trabalho social da leitura, Pêcheux distingue duas categorias de leitura: a literal e a sujeita a interpretação. A alguns , o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo , ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações".

Quando falamos em arquivo estamos nos referindo a todos os documentos relativos e existentes sobre uma determinada questão (livros, teses, cartas, textos históricos, etc). Outra forma de definir arquivo é dada por Maingueneau (1991), merecendo destaque o sentido de arquivo como fonte, princípio, poder - lugar de autoridade com função de memória.

Maingueneau (idem) refere-se aos arquivos com *thesaurus* e busca em Foucault (Arqueologia do saber), o termo raro: "Esses arquivos, por natureza, são *thesaurus*, conjuntos finitos de enunciados, raros diria Foucault. O próprio procedimento da Análise do Discurso implica sua coleta, sua preservação e sua manipulação controlada."

A imagem de Blaise Pascal é usada por Pêcheux (1982) para ilustrar as diferentes maneiras de leitura de arquivo: Pascal é simultaneamente teólogo/filósofo e físico/matemático, espelhando a contradição entre a cultura científica e a literária designadas pela tradição escolar-universitária (francesa) como o "literário" e o "científico", que continuamente se afastam e deliberadamente se ignoram.

Propondo a reconstrução histórica dos gestos de leitura inerentes à construção mesma do arquivo, na maneira de abordar os documentos, de apreendê-los, nas práticas silenciosas de leituras espontâneas reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura, Pêcheux (idem) coloca a necessidade de se abrir um espaço polêmico das maneiras de ler o arquivo, uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo numa série de conjunturas, "trabalho da memória histórica em perpétuo confronto com ela mesma".

A multidão de escrivãos era representada na Idade Média pelos clérigos, ocupando espaços distintos em seus direitos de leitura: alguns podiam ler, falar e escrever (donos de leituras e

obras próprias) e todos os outros, meros copiadores, faziam a transcrição, extração, classificação, indexação, codificação dos textos; não deixando também de ter sua leitura, mas impondo ao sujeito-leitor que se apagasse atrás da instituição à qual pertencia (no caso, a Igreja).

Estes classificadores, indexadores, codificadores de textos são os atuais Bibliotecários, profissionais da leitura de livros. São eles nosso ponto de partida, nos seus gestos de leitura. É no entremeio de seus enunciados que visamos refletir sobre sua atividade principal - a leitura de arquivos. E aqui também está muito presente a oposição entre o literário e o científico.

Situar as palavras em seus diferentes contextos, entender as idéias de um autor, interpretar um arquivo: visto que a formação discursiva do leitor é específica, como lidar com a diferença entre a formação discursiva do Bibliotecário, do leitor e a do próprio arquivo ?

O olhar Bibliotecário tem que dar conta dos diferentes mecanismos que permeiam a relação entre diferentes formações discursivas e não lidar somente com os conteúdos; de certa forma, o Bibliotecário, através de seus catálogos, de seus descritores, tenta dirigir o olhar leitor, inscrevendo cada texto em uma determinada formação.

Tomamos de Foucault (1971) a atitude de inquietação que ele propõe diante de certos recortes ou grupamentos que já nos são familiares.

Para este trabalho é importante verificar, trabalhar o interior dos textos de Biblioteconomia sobre a leitura, ver como esta atividade se organiza, recorta, distingue o que é pertinente do que não é, delimita e descreve os seus recortes enquanto disciplina.

Maingueneau (1989) observa que enquanto a análise do conteúdo percorre os textos para codificá-los, a análise de discurso

exige uma outra forma de leitura. Pêcheux (1990) vem explicitar com clareza o que deseja esta leitura:

" A análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando "O" sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito(...) O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal."

O Bibliotecário enquanto analista de documentos, leitor de arquivos, delimita conteúdos, busca palavras-chave, descritores, faz o trabalho de intérprete dos textos que indexa.

Pretendemos, aqui, questionar o corpus teórico, o discurso de Biblioteconomia que trata especificamente da tarefa de indexação, interpretação de textos, da leitura de documentos e de sua representação temática.

É crucial para esta reflexão recuperar as condições de produção desta "leitura de arquivos" feita pelos Bibliotecários: seu instrumental teórico, os seus sistemas de classificação, suas listas de descritores, seus tesouros.

Foucault (1971) no texto "l'ordre du discours" situa a *disciplina* como :

"um princípio de controle da produção do discurso. Ela fixa-lhe os limites pelo jogo duma identidade que toma a forma de ritualização permanente das regras ... a disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso se constitui um tipo de sistema anônimo, à disposição de quem quer ou de quem pode dele servir-se, sem que seu sentido

ou sua validade estejam ligados àquele que se achou ser seu inventor."

A Biblioteconomia, a arquivologia, a ciência da informação, a documentação - todos estes conjuntos de saberes - correspondem a disciplinas que cuidam dos arquivos.

Citamos, aqui, para ilustrar a idéia de *disciplina* como vista por Foucault, um rápido histórico das bibliotecas e dos Bibliotecários:

"A história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem. Na medida da produção do registro informativo, o homem engendrou sistemas - tão rudimentares quanto a informação registrada - para não dispersá-la. Era preciso reter a informação sobre algum suporte concreto; conseqüentemente, tornou-se imprescindível a preservação desses suportes - os documentos - bem como a organização deles. Quanto mais documentos produzidos, maior a exigência de controle. A resposta à explosão informativa do século XX foi a utilização do computador para ordenar a informação registrada. Ou seja, quanto mais o homem gera documentos, mais os profissionais especializados no controle da informação buscam instrumentos e técnicas que permitem a cada homem encontrar o dado que procura. (Milanesi, 1983)

As palavras controle, registro, reter, preservação, organização, exigência de controle, ordenar, aparecem com ênfase no parágrafo anterior, e denotam a idéia de biblioteca como uma forma de organização do saber, com a função de sistematizar o acesso à

informação, como se ela se conservasse neutra diante dos textos que analisa.

O olhar-leitor do Bibliotecário é só o de controle, de ordenação, de sistematização? Aí está o apagamento do sujeito-leitor notado por Pêcheux. O que perguntamos é: Que leituras faz este Bibliotecário ? Serão também neutras estas leituras ?

Cunha pesquisou a análise documentária em tese de doutorado (1990), buscando - na interseção entre a linguística, a lógica e a documentação - os conceitos necessários à melhor fundamentação teórica desta disciplina. Apontou a ideologia no "fazer" do Bibliotecário, desfazendo tabus como o "texto neutro" e a " leitura única, absoluta e objetiva do Bibliotecário" .

Pretendemos usar como fio condutor desta reflexão textos que formam o arcabouço teórico da área de indexação de arquivos.

Volto a Foucault e aos procedimentos que permitem o controle do discurso:

"Não se trata agora de controlar os poderes que suprimem, nem de conjurar os acasos de sua aparição, trata-se de determinar as condições de sua colocação em jogo, de impor aos indivíduos que os pronunciam um certo número de regras e, assim, de não permitir a todo o mundo que tenham acesso à eles. Rarefação, agora, de sujeitos falantes, ninguém entrará na ordem do discurso, se não satisfizer a certas exigências ou se não estiver, desde o início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas fortemente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras aparecem quase abertas a todos os ventos e postas sem restrição à disposição de qualquer sujeito falante."

Os Bibliotecários, na divisão do trabalho de leitura, preocupam-se com o tratamento dos textos na sua superfície (classificar, indexar), e a cada dia que passa, com os novos métodos de tratamento de textos induzidos pela informática, estão mais e mais distantes da interpretação dos arquivos quanto mais de sua escritura...

A nova divisão de trabalho que a informática aponta, coloca aos Bibliotecários, uma dentre as categorias de profissionais da leitura de arquivos, uma questão vital: a sua própria sobrevivência como trabalhador intelectual.

Os privilégios da leitura interpretativa quando contrapostos à realidade do tratamento informático dos discurso, apresentam-se, como diz Pêcheux (idem) cada vez mais vulneráveis à influência das linguagens lógicas, que buscam na semântica universal a desambigüização dos enunciados, das palavras, idealizando uma linguagem homogeneizada, legível e interpretável pelas máquinas: a ambição da inteligência artificial.

No quadro de distribuição das tarefas ligadas ao tratamento informático dos arquivos, é de vital importância a preocupação com a memória histórica.

Interessa-nos a questão da divisão do trabalho de leitura - da ciência do tratamento dos textos - da reorganização social do trabalho intelectual que está se refletindo diretamente sobre a memória histórica da sociedade atual.

Preocupa-nos fundamentalmente a percepção do que seja "aprender a ler e a escrever" (Pêcheux, 1994), isto é, compreender para interpretar e reescrever, visando a explicitação de disciplinas que acreditam na apreensão do sentido unívoco, buscando a plurivocidade do sentido como a própria condição de um desenvolvimento interpretativo do pensamento.

Buscamos refletir no interior dos conceitos e procedimentos da leitura de arquivos, feita por Bibliotecários, caracterizando a leitura-escritura do arquivo sob o olhar da análise de discurso, buscando a pluralidade dos gestos de leitura no espaço das bibliotecas.

No entremeio destas leituras pretendemos produzir questionamentos que elucidem para o Bibliotecário o seu trabalho de leitor, buscando a confrontação de sua formação em generalidades, que busca uma leitura neutra, e o discurso circular da Biblioteconomia, navegante entre a compreensão do Bibliotecário, a interpretação do leitor e as formações discursivas já dicionarizadas nos tesouros, onde os sentidos já se encontram estabilizados.

BIBLIOTECONOMIA:
PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DA INTERPRETAÇÃO

BIBLIOTECONOMIA: PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO

"Há, de fato, uma analogia profunda entre o gesto de leitura e o gesto de descrição: toda leitura destriça o texto, privilegia certos elementos para ocultar outros, reaproxima o que dispersou, dispersa o que estava unido. Nossa aposta é fazer dessas intervenções operacionalizadas de alguma forma "selvagem ou inconsciente" na "leitura espontânea", intervenções reguladas desmontando o objeto a ser lido segundo os próprios eixos que o estruturam. A Análise do Discurso não será mais uma prótese de leitura, mas uma provocação à leitura". (Pêcheux, 1990)

O *corpus* que vamos explorar oferece várias possibilidades de abordagem a partir das noções de formação discursiva, condições de produção, interdiscurso e interpretação como entendidos dentro da análise de discurso francesa (Pêcheux, 1988, Maingueneau, 1988).

O recorte que escolhemos para análise do corpus pode ser dividido em duas categorias:

1) textos que teorizam a leitura praticada pelos Bibliotecários enquanto indexadores, analistas documentários: o aparato teórico da área, e;

2) o resultado desta prática de leitura: os descritores, palavras-chave, cabeçalhos de assunto atribuídos pelos Bibliotecários aos textos que analisam.

No desenvolvimento de nossa análise faremos considerações que passam necessariamente pelo fato de pensarmos o discurso como prática simbólica (Orlandi, 1990a), inserido no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente, sempre do interior da perspectiva discursiva.

Interessa-nos aqui a historicidade do discurso biblioteconômico, isto é, como ele está configurado em seu processo de inscrição histórica. Em outras palavras, questionamos o fato da leitura do Bibliotecário pode ser resumida a métodos de tratamento dos textos (Kobashi, 1994) configurando aquela divisão de trabalho apontada por Pêcheux (1994) que divide os leitores de arquivos entre duas culturas - a *literal* e a *interpretativa*.

Neste entremeio, como ocupo a posição da Análise do Discurso, a existência da língua como materialidade específica é fundamental: "É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discusividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo." (Pêcheux, 1994)

Os textos que vamos analisar espelham o quanto a materialidade da língua tem sido subestimada pelos teóricos da indexação (a leitura como é praticada pelos Bibliotecários), desde abordagens lingüísticas (Cintra, 1983, Cunha, 1990, Lara, 1993) chegando às de tratamento informático (Baranow, 1983, Brito, 1992).

Pêcheux (1994) evoca esta questão do interior da Análise do Discurso, lembrando como o *fato da língua* foi e continua pouco considerado nos projetos de leituras de arquivos. E quando o fazem, "quitam sua dívida" transportando para seu próprio campo conceitos da lingüística como o de "estrutura" ou de "transformação" ou ainda se

contentando em introduzir fragmentos de análise morfológica ou sintática em seus procedimentos.

A partir dessas críticas, Pêcheux chama-nos a tomar concretamente partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos*, chama-nos a traduzir a pluralidade dos *gestos de leitura* que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos.

Salienta que não devemos substituir as questões , difíceis, interessantes e promissoras, inerentes à leitura de arquivos, por "objetivos operacionais", que se atingem a curto prazo. Nem devemos somente disciplinar o exercício dos recursos da inteligência humana com relação ao arquivo textual, através de dispositivos de classificação, indexação, que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental.

Nas nossas análises, tal como dispõe o campo da análise de discurso, privilegiaremos o aspecto da materialidade da língua e nos norteará a preocupação em fazer valer para o modo de leitura do Bibliotecário os interesses históricos, políticos e culturais, reconhecendo, nas práticas de leitura de arquivos, as preocupações do historiador, do linguista.

É pela Análise do Discurso, que descreve a prática de indexação de textos, que podemos observar e descrever os gestos de leitura realizados pelo Bibliotecário. Aí a sua formação discursiva é configurada em processos de significação que nos revelam a singularidade de sua prática. É neste lugar que o sujeito, o Bibliotecário enquanto leitor, se expressa, se significa. Podemos, tendo isso em vista, recuperar a historicidade: as relações de sentido, de força, de antecipação.

Ao longo deste trabalho, quando tratamos da memória e da leitura, enfatizamos a tendência em tornar administrável e

transmissível as reservas de conhecimento acumuladas pela humanidade
- as coisas-a-saber, como colocadas por Pêcheux (1994) :

"O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita de coisas-a-saber (reservas de conhecimento acumuladas) em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco da interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente "humana", ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, [...] que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios."

Vamos ver como a opção pela objetividade, parte da profissionalização dos leitores oficiais de arquivos, se manifesta. Os Bibliotecários, os cientistas da informação têm como meta profissional a organização da informação, reservas de conhecimento acumuladas, e buscam através de técnicas e métodos, atingir, além da organização do conhecimento, o controle terminológico, buscando a universalização (a homogeneização, mesmo) das linguagens de acesso a este conhecimento através de linguagens documentárias (tesauro, terminologias, listas de cabeçalhos).

Kobashi (1994) resume a circulação da informação e dos documentos às seguintes operações: a) coleta de dados; b) tratamento dos documentos e c) difusão dos documentos.

Os cientistas da informação, especialistas no tratamento de textos, buscam no rigor do método e na eficácia das tecnologias materiais a obtenção de sua finalidade última: tornar o conhecimento acessível aos leitores. Vejamos o que diz Kobashi (1994):

"A Informação documentária tem função de relevância. Ela deve, de um lado, promover a identificação de itens informacionais que respondam de modo pertinente a uma pergunta dada e, de outro, deve permitir a tomada de decisão sobre a consulta ou não do documento original. Para cumprir com eficácia tais funções, a Informação documentária deve ser elaborada através de metodologias que garantam a equivalência de sentido entre o texto-fonte e a sua representação. É esse o objetivo central da Análise Documentária".

Vamos ver mais de perto o que é esta equivalência de sentido entre o texto-fonte e a sua representação. Sabemos, do ponto de vista discursivo, que a representação não significa a simples substituição de uma palavra por outra. Esta representação é feita a partir da interpretação e configura a dispersão do sujeito e suas diferentes posições.

Na análise documentária, como estamos observando, o espaço destinado a estes especialistas repousa sobre a proibição e negação da interpretação, espaço este marcado pelas metodologias e procedimentos que reduzem a leitura para fins documentários a uma linha de produção: a "fabricação da informação". Constatamos tal fato na descrição do ciclo documentário, como exposto por (Kobashi (1994):

"o ciclo documentário pressupõe duas operações básicas e complementares: a *fabricação de Informações Documentárias* e a Recuperação da Informação. [...] A fabricação de Informações Documentárias [...] supõe a transformação de um objeto (documento) em um outro objeto (informação documentária) por meio de operações de análise e de síntese. Sua função é a de permitir selecionar, de um universo de objetos, aqueles que poderão responder a uma necessidade de informação."

Ao justificar os procedimentos da Análise Documentária a autora, dentro da idéia de linha de produção, relaciona esses procedimentos a escala (vasta) de produção de textos científicos e técnicos do mundo contemporâneo. Daí as técnicas específicas de manipulação de textos terem de respeitar a velocidade da análise para a produção de representações, isto é, os descritores, que vêm conferir unidade ao texto.

Nos fragmentos que estamos destacando, vemos como a gestão do conhecimento e a necessidade de representá-lo homogeneamente (dar-lhe unidade) é resolvida pelos teóricos da indexação: a sua leitura se quer produtiva, ágil, o leitor que se deseja é assemelhado a máquinas de leitura.

Lancaster (1993) ao analisar os fatores que influenciam a qualidade da indexação, e baseando-se (ele mesmo afirma) mais no senso comum e na intuição do que em provas concretas, levantou os seguintes fatores:

Fatores ligados ao indexador:

- . conhecimento do assunto
- . conhecimento das necessidades dos usuários
- . experiência
- . concentração
- . capacidade de compreensão de leitura

Fatores ligados ao vocabulário:

- . especificidade/ sintaxe
- . ambigüidade ou imprecisão
- . qualidade do vocabulário de entradas
- . qualidade da estrutura
- . disponibilidade de instrumentos auxiliares e afins

Fatores ligados ao documento

- . conteúdo temático
- . complexidade

- . língua e linguagem
- . extensão
- . apresentação e sumarização

Fatores ligados ao "processo"

- . tipo de indexação
- . regras e instruções
- . produtividade exigida
- . exaustividade da indexação

Observando os fatores acima listados, podemos aí detectar o encontro de várias posições de leitura, que configuram diferentes lugares de constituição de sentido: a) a do indexador-leitor, b) aquela que esta sedimentada no vocabulário que servirá como fonte de descritores, e c) a do documento a ser indexado.

Do encontro destas distintas posições de leitura, permeado pelas condições de produção, pela tensão da polissemia dos sentidos, das várias memórias atuando em paralelo (o interdiscurso); deste movimento de justaposição e interação decorrerão os descritores.

Os funcionários da leitura atuam neste entremeio com sua capacidade de compreensão, seu conhecimento dos assuntos: o que chamamos de histórias de leitura .

Merece realce também o fato de Lancaster listar como fatores ligados ao documento a língua e a linguagem em apenas um tópico, referindo-se ao idioma, a clareza da linguagem do autor, a ambigüidade de títulos e a qualidade dos sumários. Sabemos que a materialidade da língua é bem mais rica do que transparece neste tópico.

Para mostrar isso mais explicitamente, e na própria materialidade da prática de leitura do indexador, procurei analisar alguns resultados do trabalho de indexação.

A LEITURA DO BIBLIOTECÁRIO: REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA

Uma consulta à base de dados UNIBIBLI, que reúne o acervo das bibliotecas da USP, UNESP e UNICAMP, resultou nas seguintes entradas de assunto para o título "Cartas do cárcere" de Antonio Gramsci:

Indexador 1: Comunismo

Gramsci, Antonio

Indexador 2: Gramsci, Antonio

Indexador 3: Literatura italiana

Indexador 4: Gramsci, Antonio

Cartas italianas (Literatura)

Indexador 5: Cartas italianas (Literatura)

O mesmo título recebeu na Library of Congress (Washington, USA) os assuntos:

- . Gramsci, Antonio , 1891-1937 - Correspondência
- . Comunistas - Itália - Correspondência

As "Cartas do cárcere", conforme verbete da Enciclopédia Mirador Internacional (1976), sobre Antonio Gramsci, constituem "um extraordinário documento humano e cultural, em que o escritor revela suas preocupações familiares e discute problemas filosóficos e estéticos".

Neste mesmo verbete, Gramsci é descrito como político e pensador italiano, integrante do Partido Socialista Italiano, jornalista, defensor intransigente da participação política do proletariado, participante da formação do Partido Comunista Italiano, e deputado por este partido, no momento em que é preso como líder político de esquerda por ordem de Mussolini. A Enciclopédia Mirador assim caracteriza Gramsci:

"[...]não foi apenas um homem político. Com a prisão, sua vocação de pensador, já revelada em germe nas oportunidades em que se dedicou ao jornalismo, desenvolve-se em profundidade. Gramsci se dispôs a analisar as consequências do marxismo no mundo moderno, visto como uma filosofia da "práxis". Seu esforço foi o de procurar uma unidade entre a teoria e a prática para uma nova síntese histórica. Contra a dogmática mecanicista, encara a *práxis* como uma reelaboração constante, na busca de uma nova visão do marxismo, que substitui o idealismo de Croce.[..] Gramsci explicita o seu ponto de vista contrário à herança idealista, propondo uma nova síntese entre o pensamento e a *práxis*, e substituindo a idealização da história pelo materialismo dialético".

O nosso intenção, ao contrapor os assuntos atribuídos à obra que reúne as cartas que Gramsci escreveu enquanto prisioneiro e os dados de sua biografia é realçar o papel das histórias de leitura do Bibliotecário, e que constituem a sua memória de leitura.

Para suprir o desconhecimento de quem foi Gramsci, o Bibliotecário ao indexar as "Cartas do cárcere" , poderia ter consultado uma fonte de referência - ressaltamos que a Enciclopédia já se caracteriza também como um viés de interpretação, um dos lugares de fabricação da memória estabilizada. Este Bibliotecário teria ido além do nome do autor das cartas, ou mais além das entradas de assunto para "cartas italianas".

No presente caso, não são somente cartas num contexto literário, são as cartas de um pensador reconhecido como filósofo marxista, no contexto do materialismo dialético.

A entrada para "comunismo" revela o ponto de vista do indexador, sua posição de leitura, estabelecendo lugares de interpretação, lugares estes que vão configurando pontos de trabalho

de estabilização do sentido. O Bibliotecário poderia ter optado por socialismo ou marxismo. Poderia também ter dado uma entrada para o assunto "prisioneiros políticos", que bem caracteriza esta obra de Gramsci, visto que as escreveu na prisão.

Tendo em vista nosso objetivo de compreender os gestos de leitura do Bibliotecário enquanto leitor para fins de indexação apontamos aqui para o que Orlandi (1994) chama de "injunção à interpretação":

"[...]diante de qualquer objeto simbólico, somos instados a dar sentido, a significar. Além disso, a interpretação se apaga como tal, na medida em que os sentidos são uns e não outros, dadas as condições de produção e, no entanto, eles nos aparecem como *naturais*. É isso que denominamos ideologia. Porisso, dissemos que há um dispositivo ideológico de interpretação em todo sujeito falante. [...] A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação." (grifo nosso)

O fato do indexador ter selecionado o assunto comunismo e não outros também disponíveis na lista de assuntos potencialmente aplicáveis, assinala o seu gesto de interpretação, inscrevendo o texto numa determinada formação discursiva e constituindo uma posição de leitura.

Sabemos, em *Análise do Discurso*, que o sentido é sempre sentido para, e não sentido em si. Segundo Orlandi (1996), há uma ambigüidade na própria noção de assujeitamento (sujeito a e sujeito de) que tem relação com o jogo entre as Formações Discursivas que reflete a/sobre divisão da interpretação. O fato da interpretação, dirá Orlandi, é sintoma dessas diferenças, dessa contradição (sujeito a/ sujeito de). A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação, na ilusão de dar sentido.

Diante do que estamos colocando sobre o movimento de interpretação do sujeito, observamos que Kobashi (1994) ao definir a

informação documentária como a representação condensada do conteúdo informacional de documentos, e também como resultante de operações de natureza semântica, permitindo que a observemos como uma forma de representação simbólica, apaga este mesmo movimento de interpretação.

Mais adiante a autora afirma que, apesar da informação documentária ser obtida pela *neutralização do poder expressivo do texto* e, de outro lado, ser moldada de acordo com formas previamente determinadas, prevalece a idéia de que esta representação, apesar de formalmente diferente do original, é equivalente a ele, do ponto de vista do conteúdo informacional.

Vejamos, em função do que Kobashi afirma a respeito da equivalência entre a representação resultante da leitura do Bibliotecário e o seu original, os assuntos que foram atribuídos por indexadores diferentes, utilizando uma mesma lista de cabeçalhos de assunto ao livro "Fragmentos de um discurso amoroso" de Roland Barthes:

indexador 1: . amor na literatura

- . língua francesa - Análise do Discurso
- . amor - aspectos psicológicos

indexador 2: . amor na literatura

- . literatura-discursos, ensaios e conferências

indexador 3: . Filosofia francesa - século XX

- . Filosofia moderna - século XX
- . Amor na literatura
- . Língua francesa - Análise do Discurso
- . amor - aspectos psicológicos
- . linguagem
- . psicanálise

As palavras anotadas como assunto se propõem a ser, no trabalho do indexador, uma representação temática do documento, pontos de acesso ao leitor, equivalentes ao documento original do ponto de vista informacional.

Pela perspectiva que analisamos, podemos dizer que cada conjunto de palavras propõe uma leitura distinta do documento. Em nossa perspectiva, estas palavras encaminham o leitor para formações discursivas diferentes - o indexador 3 foi o mais generoso, pluridisciplinar - para ele o texto de Barthes é filosofia, é amor na literatura, é linguagem, é psicanálise, é língua francesa.

Esta indexação (não nos propomos a julgar se está correta ou não) encaminha o leitor por vários percursos, enriquece ou confunde os possíveis olhares que serão lançados a obra. Já o indexador 1, não viu filosofia, nem psicanálise, nem linguagem, somente amor - na literatura e na psicologia e a língua francesa sob o ponto de vista da análise de discurso. O indexador 2 destacou o amor e a literatura - fechou as portas para a linguagem, a psicanálise, a filosofia, o aspecto psicológico.

Este exemplo, tratado superficialmente por inclusão ou exclusão de termos, foi exposto para mostrar que o trabalho de indexação, grosso modo, não é neutro quanto à interpretação; não espelha exatamente o conteúdo de uma obra. Este trabalho censura, apaga possíveis leituras. O olhar-leitor do Bibliotecário silencia ou expõe diferentes leituras.

Verificamos que o mesmo texto pode ser apreendido, compreendido diversamente. Como contraponto, verificamos que este mesmo título recebeu na Biblioteca de Oxford (Inglaterra) os seguintes assuntos:

."Língua francesa - termos e frases"

."Amor - terminologia"

Pela confrontação de assuntos, observamos a produção de sentidos diferentes para um mesmo texto, estabelecendo lugares de significação específicos, permitindo a polissemia em uma perspectiva crítica à univocidade dos sentidos.

Orlandi (1990b) afirma que "os sentidos para a Análise do Discurso, erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam. Em uma palavra: desorganizam. E também a desordem é constitutiva da identidade do sujeito e sentido".

Diferentes Bibliotecários, ou os mesmos, em diferentes situações, inscrevem sentidos em diferentes posições de leitura (no exemplo acima: literatura, psicanálise, linguagem).

Sabemos que a leitura para fins de indexação é realizada sempre do interior de uma referência institucional, com fins que respondem aos interesses da instituição. Esta leitura é sempre referida a um sujeito neutro e ideal.

Podemos observar os diferentes sentidos atribuídos ao gesto de indexação, avaliando o que afirma Lancaster (1993) ao escrever sobre as diferentes indexações atribuídas a um mesmo título . Ele aponta para os interesses dos usuários como motivadores destas diferenças, negando assim que indexadores leem diferentemente por razões outras que as do interesse das instituições:

"Uma indexação de assuntos eficiente implica que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado num documento, mas também porque ele se reveste de um provável interesse para um determinado grupo de usuários. Em outras palavras, não existe um conjunto "correto" de termos de indexação para documento algum. A mesma publicação pode ser indexada de forma bastante diferente em diferentes centros de informação e, deve ser indexada de modo diferente, se os grupos de usuários estiverem interessados nesses documentos por diferentes razões".

Pelo exposto acima, fica subentendido também que o Bibliotecário deve ter o domínio de distintas formações discursivas, pressupondo-se que ele dê conta de diferentes terminologias e que tenha conhecimento multidisciplinar.

Este domínio de diferentes terminologias diz respeito a ilusão que todos temos de que as palavras designam um sentido, isto é, acreditamos que uma espécie de relação bijectiva interliga palavras e sentido, de tal modo que palavras indicam um sentido, são indicadores semânticos. Ou seja, as palavras seriam unidades lexicais que nos permitiriam remeter a um sentido .

Outra questão importante é a da literalidade dos sentidos. Na medida em que, na perspectiva discursiva, todos os sentidos são possíveis, não há um centro, que é literal, e suas margens, que são os efeitos de sentidos. Há vários sentidos possíveis e, dependendo das condições de produção, há a dominação de um dentre eles. O que existe, afinal, "é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o literal" (Orlandi, 1983).

Isso nos remete à institucionalização de um sentido dominante, sedimentado, com o prestígio de legitimidade e que se fixa como centro - sentido oficial (literal). Nessa linha de reflexão, podemos afirmar que o trabalho do Bibliotecário vai na direção de *literalizar* sentidos.

Observemos como isto se manifesta nos assuntos selecionados para os diferentes títulos abaixo:

1. Andrade, Manuel Correia de. 1964 e o Nordeste:
golpe, Revolução ou contra Revolução? São Paulo:
Contexto, 1989

Assunto: Brasil -História- Revolução, 1964

Brasil, Nordeste -Política e governo - 1964

2. Affonso, Almino. Raizes do golpe :da crise da legalidade ao Parlamentarismo. São Paulo:Marco Zero, 1988

Assunto: Brasil- Política e governo - 1961 -1964

3. Araujo, Maria Celina Soares D'; Soares, Glaucio Ary Dillon; Castro, Celso Correa Pinto de. Visões do golpe: a memoria militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Dumara, 1994

Assunto: Brasil- História- Revolução, 1964
Brasil-Forças Armadas-Atividades Políticas - História

4. Moraes, Denis de. A esquerda e o golpe de 64 :vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989

Assunto: Brasil - Política e governo -1964
Brasil -História -Revolução, 1964

5. Morel, Edmar . O golpe começou em Washington: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965

Assunto: Brasil- Política e governo -1961 1964
Brasil -História -1961 1964

6. Sanfelice, Jose Luis. Movimento estudantil :a UNE na resistencia ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez Ed. : Ed. Autores Associados, 1986

Assunto: Movimentos estudantis -Brasil
União Nacional dos Estudantes
Brasil -História- Revolução, 1964

7. Silva, Helio. 1964 : golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

Assunto: Brasil- Revolução, 1964

Goulart, João

Brasil -Política e governo

8. Toledo, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982

Assunto: Brasil -História -Golpe de Estado, 1964

Brasil -Política e governo, 1961 1964

9. Toledo, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe 64. São Paulo: Brasiliense, 1983

Assunto: Golpes de Estado -Brasil

Brasil -História -Revolução, 1964

Brasil -Política e governo-1961 1964

10. Toledo, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe 64. São Paulo: Brasiliense, 1993

Assunto: Brasil -História -Revolução,1964

Brasil -Política e governo-1961 1964

Todos os títulos têm em comum a palavra "golpe", referindo-se ao Golpe de 1964. No entanto, o cabeçalho de assunto - "Golpe de Estado, 1964"- apesar de disponível na lista de assuntos autorizados que é usada pelos Bibliotecários, portanto potencialmente atribuível, foi selecionado somente para o título no. 9 e o termo mais abrangente "Golpes de Estado - Brasil", para o mesmo título, mas por um indexador diferente. Em todos os outros títulos, predominou o termo "Brasil - História - Revolução, 1964".

Esta predominância vai produzindo uma estabilização na interpretação do fato que se deu em 1964. Este mesmo título, "O Governo Goulart e o golpe de 64", de Caio Navarro de Toledo, recebeu na Library of Congress (Washington, USA), os seguintes termos:

. Goulart, João, 1918 -

. Classes sociais-Brasil - Atividades políticas -

História - Séc. XX

- . Brasil - Política e governo - 1954-1964
- . Brasil - História - Revolução, 1964.

Interessante notar que em nenhum dos três conjuntos de palavras selecionadas para este título em bibliotecas brasileiras, foi atribuído o termo "Goulart, João, 1918-", indicador de que a obra trata do Governo João Goulart, que também está no título, explicitando claramente o assunto de que trata.

Observamos, com este exemplo, que os sentidos, sempre possíveis, dependem fortemente das condições de produção, definida por Pêcheux (1988) como sendo "ao mesmo tempo o efeito das relações de "lugar" no interior das quais se encontra inscrito o sujeito, e a "situação" no sentido concreto e empírico do termo, quer dizer, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc [...]".

Quando as condições de produção do discurso não são levadas em consideração, a análise não se mostra capaz de explicar o funcionamento discursivo, apontando para um discurso sem memória, em que a contradição entre as várias formações discursivas que ali se entrecruzam fica apagada.

Já em Cunha (1990) está posta em discussão "a leitura única e absoluta" do Bibliotecário. Esta autora escreve que o Bibliotecário, enquanto leitor para fins de análise documentária, tem uma visão ideológica, que se sobrepõe à linguagem-ideologia do texto/discurso que analisa; manifestando-se pela opção "ideológica" que faz em relação ao uso ou descarte de determinados conceitos/palavras-chave, mesmo que ele leve em conta as regras de objetividade e neutralidade inerentes a sua prática profissional.

Ela aponta para o "pré-conceito da neutralidade bibliotecária" como uma escamoteação dos problemas de análise, visto que qualquer discurso surge como um complexo de idéias e

representações articuladas entre si, detectáveis na própria análise, cuja natureza é essencialmente política. Ao afirmar que se trata de escomoteação de problemas de análise parece-nos que ela reafirma a eficiência das metodologias de leitura.

As palavras-chave atribuídas ao livro "O que é isso companheiro" de Fernando Gabeira, são um exemplo claro do que acabamos de expor. Vejamos os assuntos que foram atribuídos pelos diferentes indexadores:

Indexador 1: Brasil-História-Revolução,1964

Brasil - Política e governo

Indexador 2: Conto brasileiro

Indexador 3: Política (Brasil)

Indexador 4: Refugiados políticos(Direito Internacional)

Indexador 5: Romance Brasileiro

Indexador 6: Biografia histórica

Indexador 7: Elbrick, C. Burke, 1908-

Guerrilhas - Brasil

Brasil- História -1964-1985

Indexador 8: Brasil - Política e governo - 1964-1974

Brasil-História-1964-(Revolução)-Relatos pessoais

Este livro trata da participação do jornalista Fernando Gabeira no sequestro de um embaixador americano, para a libertação de prisioneiros da guerrilha urbana brasileira; é um depoimento.

Os assuntos atribuídos pelos indexadores 2 e 5 estão incorretos, visto a obra de Fernando Gabeira não ser ficção, e sim um depoimento sobre um fato real, como indexados nos conjuntos 6 e 8. O cabeçalho de assunto selecionado pelo indexador 4 "refugiados

políticos (direito internacional)" representa o livro de um ponto de vista bem específico, não dando entrada para o contexto histórico e político, também relevantes nesta obra.

O indexador 7, da Library of Congress (Washington, USA), ressaltou o nome do embaixador americano, e também incluiu o termo "guerrilha".

Guerrilha é uma palavra com forte sentido político, evitada pelos Bibliotecários brasileiros. Os usuários que consultarem as bibliotecas da Rede BIBLIODATA/CALCO (Catálogo Coletivo que reúne bibliotecas universitárias, de instituições de pesquisa) e a Base de Dados UNIBIBLI (Bibliotecas da USP, UNESP e UNICAMP) não recuperarão a obra deste autor se fizerem uma pesquisa pelo assunto "Guerrilha".

Por outro lado, sabemos que todo leitor tem sua história de leituras, e este conjunto de leituras feitas por um leitor específico é um aspecto relevante que configura a sua capacidade de compreensão e a sua capacidade de sugerir palavras que mobilizem - no sentido de trabalhar - a memória discursiva, as histórias de leitura do leitor. Toca-nos aqui, a capacidade de compreensão do Bibliotecário, leitor multidisciplinar

O método de leitura do Bibliotecário, como estamos procurando mostrar, não garante a equivalência de sentido entre o texto-fonte e a sua representação (os termos selecionados como assunto para a teoria da indexação). As operações de análise e síntese para fins de análise documentária estão sujeitas a muitos outros fatores para além daqueles que uma metodologia possa disciplinar, administrar, conter.

Ao atribuir ao texto interpretações outras que aquelas esperadas pelo autor, pela instituição, pelos leitores, estes funcionários da leitura, por paradoxal que pareça, escapam desses mecanismos de controle a eles impostos: metodologias de leitura, estratégias, terminologias que tentam controlar a ambigüidade dos sentidos.

Esta categoria de leitores pratica a sua interpretação e as suas várias posições de leitura podem representar diferentes formações discursivas no mesmo texto.

Orlandi (1988) afirma que "a relação entre as diferentes formações discursivas no texto podem ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de neutralidade aparente, de gradação, etc." O Bibliotecário pratica um discurso em que estão presentes essas relações de diferentes natureza.

**QUESTÃO DA MEMÓRIA E
A MATERIALIDADE
DICURSIVA**

A QUESTÃO DA MEMÓRIA E A MATERIALIDADE DISCURSIVA

"Aparentemente, nenhuma civilização foi tão respeitadora do discurso quanto a nossa. Nenhuma o honrou mais e melhor. Nenhuma, parece, o libertou de suas constrictões e o universalizou mais radicalmente do que a nossa. Ora, parece-me que sob essa aparente veneração do discurso, sob esta aparente logofilia, se oculta uma espécie de medo. Tudo se passa como se interdições, obstáculos, umbrais e limites tivessem sido dispostos de tal maneira que seja dominada, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso, de tal modo que sua riqueza seja afastada de sua parte mais perigosa e que sua desordem seja organizada segundo figuras que desviam o incontrolável; tudo se passa como se se tivesse querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Há, sem dúvida, em nossa sociedade, e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e escanções diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de terror surdo contra esta massa de coisas ditas, contra o surgimento de todos estes enunciados, contra tudo o que aí pode haver de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem e de perigoso, contra este grande zum zum incessante e desordenado do discurso". (Foucault, 1971)

O texto em epígrafe fala-nos da aparente contradição entre a logofilia e a logofobia presente em nossa civilização: se por um lado o discurso é livre, aberto a todos, por outro, ele é organizado, cerceado, protegido, de tal maneira que se apaguem as marcas do descontrolo, do violento, do descontínuo, presentes nos jogos do pensamento e da língua. A sua riqueza é vista como perigo, e deve ser

domesticada e a sociedade o faz, em instâncias distintas e de modos diferentes.

Trazemos para esta reflexão a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985):

"a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível".

Como ponto crucial, Pêcheux aponta para a compreensão destes "implícitos", isto é, de onde eles vêm, em que fundo de gaveta da memória discursiva eles estão disponíveis ?

Achard (1985) considera os implícitos como sintagmas, cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) consiste numa paráfrase controlada pela memorização discursiva. Para Achard, a paráfrase da explicitação desses implícitos aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-construído:

"Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição "no vazio" de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção na paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo".

O dispositivo complexo da memória sempre vai colocar em jogo a passagem do visível para o nomeado, no qual a imagem atua como operador da memória social, trazendo consigo um programa de

leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento. Neste ponto Pêcheux retoma Achard para afirmar que esta regularização discursiva sempre pode ruir com o peso de um acontecimento discursivo novo, que perturba a memória já estabelecida.

O importante a ressaltar aqui é o efeito de opacidade, isto é, o momento em que sob "o mesmo" da materialidade da palavra ocorre o jogo da metáfora. A própria memória, para Pêcheux, esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. É o momento em que não é mais possível a reconstrução dos "implícitos", do trajeto de leitura; sendo necessário, ao analista do discurso, um distanciamento da estabilidade parafrástica, da transparência da frase, e questionar os efeitos de montagens de sequências.

A memória - o interdiscurso - apresenta-se como um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, lugar de conflitos e de regularização. Um espaço onde ocorrem "desdobramentos, discussões, polêmicas e contra-discursos."

Gostaríamos de relacionar aqui as questões colocadas por Pêcheux e por Achard sobre a estruturação do discursivo como constitutivo de uma certa memória social com as linguagens documentárias utilizadas pelos indexadores como ferramenta de leitura para fins de indexação.

Os tesouros são constituídos por listas de termos autorizados: descritores e não descritores, de um domínio particular do conhecimento, tendo em vista relações semânticas e lógicas. Os Bibliotecários, os documentalistas os utilizam para representar o conteúdo dos livros, dos textos e, na outra ponta, estão os leitores, usuários das bibliotecas, que ao realizarem suas pesquisas também fazem uso destes vocabulários direta ou indiretamente. Os tesouros são, portanto, o passaporte que abre a entrada para o território da memória inscrita nas bibliotecas.

A construção dos tesouros, das listas de cabeçalhos de assuntos, têm origem em dois conjuntos referenciais diferentes: no conhecimento categorizado em assuntos e, de outro, em um *corpus* discursivo do qual são retirados os termos considerados significativos, visando com isto "assegurar a eficácia dos tesouros enquanto instrumentos de controle terminológico para representar e recuperar a informação". (Tálamo, 1992)

É importante ressaltar que a construção dos tesouros, apoia-se no *corpus* discursivo da área que abrange, pretendendo com isso a garantia literária, isto é, a seleção de termos é feita dentre os conceitos mais frequentes, assegurando assim a "contigüidade e semelhança entre o vocabulário a ser utilizado para a representação e o universo do conhecimento expresso nos textos". Desta forma os tesouros cristalizam os conceitos, fixando-os, e dando-lhes autoridade.

Ressaltamos, da definição de tesouro, o seu caráter de grade interpretativa, onde cada descritor é a síntese de um amplo espectro de significados. O que diz Orlandi (1988), quando escreve sobre a ilusão de transparência da linguagem, vem de encontro a esta noção de grade interpretativa em que os tesouros se constituem. Estes tesouros e as linguagens documentárias de modo geral, promovem os mecanismos de produção e estabilidade dos sentidos, produzindo a univocidade dos sentidos - os descritores caracterizam os sentidos como efeito de evidência num determinado *corpus* discursivo.

A sedimentação dos processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do discurso dominante. Dessa institucionalização, dirá Orlandi (1988), decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se como centro: o sentido oficial, literal.

Com efeito, quando nos deparamos com um descritor, sabemos que ele é resultado de um jogo de poder da e na linguagem, já que os

sentidos têm história. O controle terminológico, a determinação dos sentidos, sua desambigüização, são *mecanismos de controle* dos sentidos, para que eles não sejam vulneráveis a interpretações outras que não aquelas previstas e desejadas, legitimadas por determinada comunidade.

Podemos observar como isto ocorre, tendo em vista os descritores escolhidos para o livro "As veias abertas da América Latina" de Eduardo Galeano:

Indexador 1: América Latina - Condições econômicas
 América Latina - Condições sociais
 América Latina - História

Indexador 2: História da América-Política e sociedade (Colônia)

Indexador 3: História da América

Indexador 4: Desenvolvimento econômico

Indexador 5: Política internacional

Indexador 6: Recursos naturais (Economia)

Indexador 7: História

Indexador 8: América Latina - Condições econômicas
 América Latina - Condições sociais
 Classes trabalhadoras-América Latina-História

Para o mesmo título, observemos os descritores selecionados pelos indexadores da base de dados Bibliodata/CALCO (Catálogo Coletivo que reúne bibliotecas de universidades e de instituições de pesquisa brasileiras):

Indexador 9: Imperialismo
 América Latina

Indexador 10: História econômica

América Latina

Indexador 11: Imperialismo (América Latina)

Indexador 12: Imperialismo

América Latina - Condições econômicas

América Latina - Condições sociais

Indexador 13: Política Internacional

América Latina

Indexador 14: América Latina - Condições econômicas

América Latina - Condições sociais

América Latina - História

Vamos analisar os descritores que representam o livro de Galeano mais de perto e verificar como os mecanismos de controle de sentidos transparecem na representação deste texto .

O descritor "América Latina" foi escolhido por 8 dentre os 14 indexadores, situando geograficamente o livro de Galeano (América Latina , não nos esqueçamos, também é geografia política), sendo que os indexadores 1, 8, 12 e 14 detalharam que o texto trata de condições sociais e econômicas da América Latina. História da América, mais genérico, foi escolhido pelos indexadores 2 e 3.

O indexador 2 acrescentou ao assunto "História da América" o aspecto política e sociedade, situando-o historicamente no período colonial; com esta restrição ele omite para o usuário da base que o livro também abrange o século 20.

Os indexadores 4, 5 e 6 delimitaram a representação dos temas do livro a um único descritor, não dando destaque para o fato deste texto explorar especificamente a América Latina.

A partir da leitura do prefácio da obra, podemos constatar que Galeano explicita, claramente, em três pontos distintos, que seu texto trata do que na década de 70 se denominava "Imperialismo". No entanto o assunto "Imperialismo" selecionado por somente 3 dentre os 14 indexadores, parece-nos ser o mais fiél às intenções do autor.

Ao selecionar descritores genéricos como América Latina, isolados ou acompanhados de "condições econômicas" e "condições sociais" estes indexadores, apoiados nas palavras que o Tesouro autoriza, estão colocando o texto num lugar distinto daqueles que escolheram a palavra "Imperialismo". Constatamos que a relação indexador/tesouro/texto permite muitas variáveis, se tomamos em conta as formações discursivas, o interdiscurso e as condições de produção.

No texto "A ordem do discurso", Foucault (1971) mostra como em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída. E isto se faz, segundo Foucault, " por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar-lhe os poderes e os perigos, dominar-lhe os acontecimentos aleatórios, de esquivar-lhe o peso e a temível materialidade".

A leitura do Bibliotecário, a indexação, impõe ao sujeito leitor uma forma de leitura que contém em si sua prescrição - obedece a uma estratégia. Desse modo, o tempo de leitura é somente o suficiente para saber o de que trata o texto, não exigindo nada de reflexão, ou de buscar compreendê-lo, nada de acumular conhecimento. A leitura deve avançar sempre com o fim de extrair do texto o que é útil, o que é produtivo para o usuário da biblioteca.

Parece-nos haver aí uma contradição: não será necessário compreender bem, ler bem um texto para poder, em poucas palavras, sintetizá-lo, bem representá-lo ? Só não o é, de um ponto de vista

extremamente técnico. E o simbólico, a nosso ver, não permite essa redução sem deixar resíduos.

Foucault (1971) ao falar sobre os procedimentos internos que controlam os discursos para fins de classificação, de ordenação, de distribuição, com a finalidade de controle do acontecimento e do acaso, define o comentário:

"o comentário conjura o acaso do discurso, manifestando-o: permite dizer-se outra coisa que não seja o próprio texto, mas sob a condição de que seja este mesmo texto que seja dito, e de certo modo, concluído."

Para Foucault, o comentário é um princípio de rarefação do discurso, controle e delimitação. O percurso que estamos fazendo, leva-nos a construir a seguinte constatação: os tesouros também são formas de controle do discurso, e os descritores, à sua maneira, permitem o comentário e a delimitação dos sentidos do discurso. Neles, os descritores são sentidos cristalizados, homogêneos, sedimentados, e o Bibliotecário, ao indexar, circunscreve os sentidos, já prescritos nos tesouros - grade interpretativa.

Observemos como estas questões se manifestam nos assuntos selecionados para o título "A guerra dos meninos : assassinato de menores no Brasil" de Gilberto Dimenstein:

Indexação 1: Menores abandonados -Brasil
 Crianças- Brasil. Maus tratos
 Crianças maltratadas- Brasil
 Assassinato -Brasil

Indexação 2: Saúde da criança

Indexação 3: Criança (Sociologia)
 Menor (Sociologia)
 Violência (Sociologia)

Indexador 4: Menores infratores /Delinquência juvenil

Indexador 5: História do Brasil - Sociedade (Assistência)

Menores infratores/ Delinquência juvenil

Os assuntos para este título foram retirados da Base de Dados UNIBIBLI* . Dentro do que Foucault chama de "comentário", no sentido de delimitação e controle do discurso, chamamos a atenção para os descritores que estão representando o livro em referência. Os descritores "Menores abandonados", "Crianças maltratadas", "Crianças - Brasil - Maus tratos", "Assassinato - Brasil" selecionados pelo indexador número 1, destinam um sentido para a obra de Gilberto Dimenstein diametralmente oposto aos descritores selecionados pelos indexadores números 4 e 5, "menores infratores" e "delinquência juvenil". Nestes comentários, os menores (classificação jurídica) são infratores e delinquentes, já o fato de serem abandonados e vítimas de violência e maus tratos não foi anotado como representativo para esta obra.

O indexador número 2 realçou o aspecto saúde da criança, omitindo que são menores abandonados, sejam delinquentes ou não. Os assuntos escolhidos pelo indexador número 3 são genéricos - não caracterizam a criança, não caracterizam o menor (se é abandonado ou não) , não caracterizam contra quem é a violência.

A partir deste exemplo, verificamos que o Bibliotecário, apesar de saber a distinção entre um menor abandonado e um delinquente juvenil, atuou como intérprete, dentro de suas condições de produção específicas, dentro de sua formação discursiva, enfim, como um sujeito com todas as implicações inerentes a isto - a sua ideologia, a sua subjetividade.

O Bibliotecário é aqui também um comentarista - lê o texto, conclui do que trata, busca os descritores que melhor representem a

sua interpretação. Age como controlador, disciplinador dos acontecimentos - os textos novos que lê - encaixa os sentidos que representam estes textos nos descritores, as palavras-chaves que indicam os assuntos, já previstos nos tesouros, linguagens documentárias. É afetado pelo jogo da repetição e do mesmo.

Tálamo (1992) observa: para que o tesouro possa efetivamente funcionar enquanto representação e controle terminológico e normalizar a representação dos conceitos/informação de uma área de conhecimento, é preciso que ele "se faça acompanhar de um conjunto de definições, pelo menos dos termos específicos da área considerada".

A partir desta observação e com os olhos no exemplo "A guerra dos meninos", constatamos que apesar de um dicionário terminológico poder bem explicitar o que é um menor abandonado e o que é um delinqüente juvenil, o Bibliotecário, mesmo fazendo uso de uma terminologia que contextualize os sentidos das palavras, continuará a ser um sujeito afetado pelo complexo das formações discursivas historicamente determinadas.

Temos ainda a salientar que o fato de um tesouro vir acompanhado de um dicionário terminológico, objetivando explicitar a rede de relações lógico-semânticas entre as palavras, subsidiar e garantir a elaboração de linguagens documentárias, poderá, a nosso ver, permitir que a informação nele contida se apresente como autônoma, caracterizando o que Gomez (1995) chamou de "esquecimento do trabalho sobre o tempo".

Ao tornar o registro o traço essencial da informação, valorizando-se mais o produto do que o processo formativo do conhecimento, corre-se o risco de transformar essa informação em pura abstração, universos discursivos logicamente estabilizados, sem

* Esta base de dados reúne o acervos das bibliotecas da USP, UNESP e UNICAMP

reminiscência, negando-se assim o contexto em que a informação foi produzida, a sua historicidade, dando-lhe uma autonomia que desconsidera o interdiscurso, isto é, o conjunto de outros processos que intervêm no processo discursivo (os pré-construídos, os discursos-transversos), em uma palavra, a memória discursiva.

Esta é a posição *incômoda* dos funcionários da memória: de um lado, o risco de impor sua leitura como leitura de todos, de outro, o de transformar em *pura abstração* sentidos de que se apagaria a memória.

**O SUJEITO INSCRITO
NO DISCURSO DO BIBLIOTECÁRIO**

O SUJEITO INSCRITO NO DISCURSO DO BIBLIOTECÁRIO

O sujeito faz a sua entrada no campo da reflexão sobre a linguagem em sua relação com as condições de produção. Ao interessar-se pelos interlocutores e pelo contexto de situação, a Análise do Discurso propõe que se considere:

"a relação do sujeito com a linguagem é uma relação contraditória, em que há dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, com seu contexto sócio-histórico. Para que seu discurso tenha um sentido, é preciso que ele já tenha sentido, isto é, o sujeito se inscreve (e inscreve seu dizer) em uma formação discursiva que se relaciona com outras formações discursivas". (Orlandi, 1990)

Podemos entender a afirmação de Pêcheux (1990) de que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, pensando o fato dos sentidos estarem relacionados aos textos e suas condições de produção (o sujeito, a instituição); às relações entre os diferentes textos ; às relações do dizer com o que não é dito. Resulta daí o caráter múltiplo e incompleto do sentido, jamais fechado e acabado. O discurso é constituído pelo movimento das significações, da tensão entre a polissemia dos sentidos e a paráfrase (o mesmo), resultante da domesticação institucional da linguagem.

Em relação à esta concepção de linguagem e esta definição de discurso, há uma des-centração do sujeito, isto é, como diz Maingueneau (1991) a Análise do Discurso "despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo no funcionamento de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas". Além disso, como sabemos,

não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, sendo o sujeito cultural e historicamente constituído, determinado:

"Há processos históricos que produzem as formas de subjetividade, isto é, formas-sujeitos. Assim, é próprio de uma sociedade como a nossa que o sujeito seja capaz de autonomia e de responsabilidade, sofrendo as coerções exteriores de seu contexto histórico-social, ao mesmo tempo em que determina o que diz. O sujeito (forma-sujeito) das sociedades ocidentais é, pois, um sujeito (internamente) livre e submetido a coerções (exteriores) institucionais (Orlandi, 1990)".

Interessa-nos aqui destacar a idéia de que um sujeito-em-si, fonte de sentidos, é uma ilusão, visto em nossa sociedade o sujeito ser contraditoriamente livre e disciplinado. Este sujeito se percebe como origem de seu discurso, e autônomo na escolha do que faz e do que não faz parte de seu discurso, constituindo o que Pêcheux (1988) chamou de "esquecimento no. 1 e esquecimento no. 2". A consequência teórica destes dois esquecimentos se constitui na concepção da não-transparência da linguagem - a não-transparência do sujeito e do sentido para a Análise do Discurso, permitindo-nos pensar o sujeito em suas diferentes formas sociais, históricas e culturais possíveis

Esse modo de pensar o sujeito e a subjetividade, permite-nos, nessa forma de nosso trabalho, refletir sobre o Bibliotecário enquanto sujeito leitor, indexador. Os recortes que vamos destacar, a seguir, procuram descrever a atividade de indexação - análise documentária. Neles, o Bibliotecário sobressai como um leitor guiado por uma metodologia de trabalho que o sujeita às coerções institucionais, para que sua leitura seja a do interesse dos usuários da instituição a qual sua leitura serve. Sabemos que as condições de produção que afetam esta leitura, vão além das que caracterizam a instituição propriamente dita.

Retomando Kobashi (1994) , veremos que ela escreve:

"como as operações documentárias realizam-se no âmbito de instituições informacionais (bibliotecas, centros de documentação, etc ...), a análise rigorosa do contexto no qual se insere o sistema documentário precede as operações propriamente documentárias. Desse modo, a partir dos parâmetros institucionais identificados, fixa-se uma política global de tratamento e de recuperação de informações, apta a responder aos usuários prioritários do sistema". (KOBASHI, 1994)

A construção de representações através das palavras-chave, dos assuntos, que venham a identificar "o de que trata" o documento, é o objetivo principal desta leitura. O Bibliotecário que aqui aparece, é replicante do que lê, num modelo de leitura que seria ideal. Senão vejamos as várias caracterizações de Kobashi(1994) para esta leitura:

- (1) "... as operações documentárias com conteúdos de textos partem do pressuposto de que é possível identificar a informação principal dos mesmos com o objetivo de construir representações que mantenham relação de semelhança com o original".
- (2) "defini-se "a Análise Documentária como uma disciplina de natureza metodológica que se preocupa com o tratamento do conteúdo dos textos".

Ao preocupar-se somente com o próprio texto, com seu conteúdo, este leitor teórico, tem com o documento que indexa a mesma relação de submissão que era esperada dos leitores medievais da Sagrada Escritura: a proibição de interpretação, de reescritura, a restrição a Letra. Ler aqui é receber o texto do outro sem marcar presença. Este leitor deve, para além disso, reproduzir os sentidos estabilizados nas linguagens documentárias. A leitura como prevista nestes recortes, é assemelhada a uma passividade. Nesta divisão de

trabalho de leitura os leitores são replicantes, exercendo suas atividades do mesmo modo que na Idade Média. Note-se, em vista do que acabamos de afirmar, o recorte abaixo:

"[...] a Análise Documentária, por outro lado, preocupa-se com a identificação da estrutura informacional dos textos, ou seja, com o próprio texto, a fim de elaborar representações condensadas que permitam ao leitor identificar o seu conteúdo informacional". (Kobashi, 1994)

A leitura do Bibliotecário, enquanto indexador, como estamos observando, deve ser neutra e objetiva. Os textos que analisamos consideram os sentidos em sua literalidade, isto é, acreditam que a língua reflete o pensamento com exatidão. Trabalham com a premissa dos textos serem claros e determinados, reduzindo-se a incerteza e a indeterminação que emanam da subjetividade do sujeito que lê, através de metodologias de tratamento dos textos. Afirmamos isso tendo em vista os recortes abaixo:

"(a Análise Documentária) não se preocupa com as condições sócio-históricas da produção discursiva, ao contrário, seus objetivos restringem-se, à identificação da base temática do texto".

"... é preciso considerar que a noção de informação relevante de um texto varia de acordo com os objetivos que se persegue".

"O objetivo específico das operações documentárias, ao analisar textos, é o de tratá-los para recuperá-los posteriormente. Desse modo, por meio das operações documentárias produz-se diversas modalidades de representações condensadas, quer sob a forma de novos textos (resumos) ou de representações e elaboradas pela mediação de

códigos de conversão ditos vocabulários controlados (índices, notações classificatórias)."

A leitura a ser realizada pelos Bibliotecários, como demonstram estes fragmentos deve ser balizada por regras, padrões, esquemas, enfim, pela utilização de estratégias de leitura adequadas. O texto aqui é colocado como autônomo e o levantamento dos seus possíveis sentidos é reduzido à mecanismos, estratégias de leitura.

Separam-se forma e conteúdo como se um pudesse existir sem o outro. Como se se pudesse atingir diretamente, sem mediações, o conteúdo do texto.

O texto é, assim, concebido como transparente, ele carrega consigo o seu código de interpretação, o o Bibliotecário é aquele leitor que sabe ler sem interpretar, a sua subjetividade, se existe, prende-se à letra, e deve ser conduzida através de procedimentos técnicos que assegurem a atribuição de assuntos que representem o texto fielmente, sendo o imaginário do sujeito controlável.

Observemos como objetividade e rigor estão no mesmo patamar, sendo subjetividade sinônimo de indeterminação.

"os trabalhos de indexação e de resumos, quando realizados sem a presença de um esquema que parametrize a coleta de dados textuais, normalmente resultam em produtos que não exibem as propriedades necessárias para as finalidades de recuperação da informação. As falhas têm origem, normalmente, na seleção incompleta ou equivocada de dados motivada pela utilização de estratégias de leitura inadequadas para os objetivos documentários". (Kobashi, 1994)

Quando se escreve "estratégias de leitura inadequadas" motivadoras de "seleção equivocada ou incompleta" dos descritores que representam o texto, dá-se primazia a metodologias de leitura. Ignora-

se que o sujeito-leitor ao identificar o tema principal de um texto atua com noções de valor - portanto afetado por seu contexto sócio-histórico, sua cultura. Procura-se, metodologicamente elidir o contexto e ficar na *base temática* do texto e esquecer de tratar o contexto do sujeito bibliotecário. E isto com certeza irá interferir nos resultados de sua leitura. Este leitor que se faz presente para além do controle de estratégias de leitura.

Kobashi ao descrever a leitura documentária como distinção de informação essencial da acessória, de certa forma já explicita a presença deste sujeito. O que observamos, apoiados em exemplos, é que esta leitura nem sempre está somente referida aos interesses dos leitores institucionais.

No recorte que destacamos a seguir, podemos notar lugares em que a interpretação se faz presente na leitura do Bibliotecário: na passagem do texto à um enunciado que faça sua síntese e na sua posterior tradução para um descritor extraído de um vocabulário controlado:

"... considera-se a indexação como um processo que comporta duas etapas: a primeira, refere-se à análise e redução de um texto a um enunciado sintético, que reflita o tópico do discurso; a segunda, envolve a tradução do enunciado para o léxico de um vocabulário controlado". (Kobashi, 1994)

Quando se consideram os sentidos transparentes, apaga-se o seu caráter material, a sua historicidade. Os sentidos, quando apreendidos como literais, aparecem como claros, evidentes, independentes de seu uso em qualquer contexto. Por outro lado, numa análise em que a ideologia é levada em conta, como na *Análise do Discurso*, a literalidade aparece, como já tivemos ocasião de afirmar, como produzida em um processo em que as instituições (legitimadoras) e a história (cristalização, permanência de interpretação) desempenham

papel determinante: os sentidos são produtos da história, efeitos de discurso.

O modo como os indexadores exercem suas atividades é descrito no trecho abaixo (Oliver, citado por Lancaster, 1993):

"O maior grupo de indexadores afirmou que examina rotineiramente o documento inteiro. Esses indexadores, entretanto, salientaram que certas partes do documento eram examinadas mais atentamente do que outras. Essas partes incluíam o resumo, a introdução, o resumo do autor, as conclusões, a metodologia, os resultados, tabelas e gráficos. Se uma ou mais de uma dessas seções "condensadas" fosse considerada adequada pelo indexador, ele poderia examinar de relance ou simplesmente "folhear" outras partes do documento. Os principais motivos apresentados para examinar o corpo do documento foram para constatar se alguma coisa passara despercebida, oferecer maior profundidade da indexação, e dirimir quaisquer dúvidas ou questões".

Este texto, a nosso ver, ilustra com fidelidade a leitura do Bibliotecário, descrevendo-a em detalhe. Na etimologia da palavra exame está o ato de ponderar, pesar, analisar atenta e minuciosamente. O leitor que emerge do recorte anterior, se assemelha à um investigador, quase um censor. Não podemos nos esquecer que indexar está ligado a index: o Catálogo dos livros cuja leitura era proibida pela Igreja. O leitor-indexador, ao nomear os descritores intervém de forma determinada no discurso original, resultando em disciplinarização, institucionalização de perspectivas de leitura.

No quadro do discurso da indexação, a leitura obedece a regras, e a observação dessas regras objetiva configurá-la como científica. Vejamos o que escreve Lancaster (1993) ao identificar duas regras fundamentais da indexação:

"1. inclua todos os tópicos reconhecidamente de interesse para os usuários do serviço de informação, que sejam tratados substantivamente no documento.

2. Indexe cada um desses tópicos tão especificamente quanto o permita o vocabulário do sistema e o justifique as necessidades ou interesses dos usuários".

A maneira como este autor se refere ao ato de indexar, no imperativo, denota bem a relação deste leitor com o seu objeto de leitura: de novo ele se assemelha a um censor. O documento é tratado como algo isolado, visto à parte, e com o qual o leitor não deve ter intimidades, o seu contato com o texto deve ser estritamente profissional, sendo o documento o seu objeto de trabalho cotidiano. As regras denotam posições de leitura bem demarcadas, mantendo livro e leitor em seus devidos lugares. Leitura aqui não é um ato de apropriação.

A concordância entre indexadores, para nós a univocidade da leitura, é tratada por Lancaster como coerência da indexação, anotando os seguintes fatores como capazes de influenciá-la:

1. quantidade de termos atribuídos.
2. Vocabulário controlado *versus* indexação com termos livres.
3. Tamanho e especificidade do vocabulário.
4. Características do conteúdo temático e sua terminologia
5. Fatores dependentes do indexador.
6. Instrumentos de auxílio com que conta o indexador.
7. Extensão do item a ser indexado.

Podemos observar pelos itens que se referem ao vocabulário controlado o poder que eles têm em circunscrever as possibilidades de

interpretação do indexador: a quantidade de palavras que compõem o vocabulário; o fato do indexador ter um vocabulário livre ou controlado, dando-lhe mais ou menos liberdade enquanto intérprete; o fato deste vocabulário ser genérico ou específico, contribuindo para a riqueza ou pobreza de sua indexação. Estamos vendo que ao se definir o modo de leitura do Bibliotecário, vão se definindo os seus limites, estabelecendo-se contornos e sentidos à sua leitura.

Lembramo-nos da Novilíngua descrita por um personagem de George Orwell em seu romance "1984":

"Estamos dando à língua a sua forma final - a forma que terá quando ninguém mais falar outra coisa. Quando tivermos terminado, gente como tu terá que aprendê-la de novo. Tenho a impressão de que imaginas que o nosso trabalho consiste principalmente em inventar novas palavras. Nada disso ! Estamos é destruindo palavras - às dezenas, às centenas todos os dias. Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples".

O controle da palavras que compõem um vocabulário, a terminologia de uma área, como já dissemos anteriormente são resultados de relações de poder, de institucionalização de sentidos.

Quando contrapomos a Novilíngua de Orwell e as regras de leitura do Bibliotecário, os vocabulários controlados, podemos compreender o fato dos sentidos serem fixados historicamente em uma direção determinada. Sabemos que no processo que chamamos *ideologia* o desconhecimento dos sentidos não se produz por *engano*, por *ocultação* de sentidos, mas sim por um desconhecimento construído em processos discursivos (históricos), que são observáveis na materialidade lingüística. Esse modo de ver a fixação dos sentidos permite-nos compreender que a história se define em relação ao poder. O

desconhecimento em análise de discurso é afetado pela ideologia, é *mal-conhecimento*.

Gostaríamos de abordar, nesta linha de raciocínio um outro aspecto abordado por Lancaster: o das diferentes matizes de significado que um vocabulário possa expressar, e que ele aponta como dificultadores da coerência dos tópicos utilizados pelo indexador. Estudo citado por Lancaster (1993) com vocabulários de diferentes tipos (cabeçalhos de assunto, tesauro, esquemas de classificação) chegou à seguinte conclusão:

"a coerência interindexadores melhora significativamente com a utilização de instrumentos de indexação prescritivos que contenham um mínimo de relações semânticas variáveis entre os termos. O emprego de instrumentos de indexação que ampliem a liberdade semântica do indexador, no que concerne a escolha dos termos, é prejudicial à confiabilidade da indexação. A qualidade da indexação tem muito a ganhar com vocabulários que formalizem as relações de modo a prescrever uniforme e invariavelmente a escolha dos termos de indexação".

Este enunciado é bastante produtivo para a observação do aspecto que estamos enfatizando: o autor explicita claramente que a ampliação da liberdade semântica do indexador é prejudicial à confiabilidade da indexação e indica o controle do vocabulário como forma de formalizar e uniformizar a escolha dos termos de indexação. O que Lancaster está indicando é a necessidade de gerenciamento do sujeito-leitor, a necessidade do apagamento de sua posição de intérprete. Prescrever a leitura através de instrumentos de indexação que reduzam, minimizem as possibilidades de escolha de descritores, logo de produção de sentidos, de leituras plurais é o ideal deste modelo de indexação.

Dando continuidade a seu texto, Lancaster anota os fatores da indexação que dependem do indexador como indivíduo, acentuando que indexadores com formação similar (educação, experiência e interesses)

tem mais probabilidade em concordar com o que deve ser indexado do que indexadores com formação diferente. Como solução, propõe que os indexadores participem do mesmo programa rigoroso de treinamento, para "reduzir a importância da formação anterior como fator que influencia a coerência". Outro fator relativo ao indexador é o nível de conhecimento da matéria - o conteúdo temático do documento a ser indexado. Para Lancaster, é mais importante o indexador conhecer minuciosamente as necessidades e interesses dos usuários da biblioteca do que ter um conhecimento especializado do acervo.

Do que foi exposto temos a realçar o quanto é desejável a uniformidade, a leitura objetiva, o desejo de fechamento, de ausência de exploração ou produção de sentidos. O leitor idealizado deve até ser submetido a treinamentos que apaguem a sua memória de experiências anteriores. Não precisa nem saber em detalhe o que está indexando, o que pode até ser prejudicial a seu trabalho, segundo Lancaster.

Que leitor é este?

Examinando os assuntos selecionados para o título "Fazer dizer, querer dizer", de Claudine Haroche podemos perceber o quanto a formação do Bibliotecário é importante, direcionando a sua leitura para fins de indexação:

Indexador 1. linguagem

Indexador 2. gramática comparada e geral- Determinação
ambigüidade

Indexador 3. língua francesa - subordinação
língua francesa - sujeito e predicado
língua francesa - aspectos sociais
filosofia da linguagem ordinária

Podemos notar que os Bibliotecários da Biblioteca Nacional da França (Indexação 3) e da Oxford Library (Indexação 2) tiveram

condições de selecionar do título de Claudine Haroche o fato de se tratar de aspectos específicos da língua, com abordagens gramaticais, sociais e filosóficas, segundo a BNF, e aspectos específicos da gramática (determinação e ambigüidade) ressaltados pelo Oxford Library. O indexador 1, da base de dados UNIBIBLI apontou o assunto "linguagem", bastante genérico. Cumpre-nos observar que os assuntos selecionados pelos outros dois indexadores também constam do vocabulário utilizado pelo indexador da base UNIBIBLI. Podemos tentar explicar os porquês do indexador desta base ter-se restringido a um termo tão amplo através de suposições: falta de conhecimento especializado, desconhecimento da área, dentre outras possibilidades.

Constatamos com este exemplo que se o Bibliotecário não domina o vocabulário de uma determinada disciplina e, por conseguinte, não entende o que lê, não consegue estabelecer relações entre o texto que tem a sua frente e o vocabulário do qual as palavras devem ser retiradas. Este leitor não consegue compreender o sentido dos textos que analisa.

O fragmento de Lancaster (idem) que destacamos a seguir, detalha estes aspectos e traz observações interessantes:

"Os indexadores devem ter algum conhecimento do conteúdo temático tratado e entender sua terminologia, embora não precisem necessariamente ser especialistas no assunto. Na realidade, algumas instituições têm enfrentado problemas com indexadores que são "especialistas" demais, pois sua tendência é interpretar excessivamente e talvez extrapolar aquilo que o autor afirma [...] ou mesmo mostrar preconceitos ao não indexar informações que relutem em aceitar. A falta de conhecimento do assunto pode, contudo, levar à indexação excessiva. Incapaz de distinguir entre dois termos, o indexador talvez atribua ambos quando apenas um seria necessário ou apenas um seria correto".

Notamos, nos fragmentos acima, a exigência de transparência e não ambigüidade - os sentidos são determinados. Com a exigência de

clareza procura-se controlar a interpretação e o intérprete. Conforme Orlandi (1987) ao escrever sobre a ilusão da língua, aqui "a língua é a vestimenta bem ajustada do pensamento que permite apreender a idéia sem a menor dificuldade". Temos confirmado esta assertiva, verificando que para além desta ilusão de transparência, o deslize, o equívoco e a ambigüidade da língua emergem quando menos se espera. De um lado, muitas leituras são previsíveis para um texto e, de outro, os leitores têm suas próprias histórias de leitura. E que são várias.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Pensando a formação da imagem do sujeito-leitor Bibliotecário à partir de uma perspectiva histórica, buscamos fazer um esboço diacrônico de sua formação, através dos seus diferentes papéis - do guardião dos pergaminhos até o indexador de documentos para as bases de dados informatizadas.

Quisemos também escrever sobre os modos de leitura possíveis para entender melhor aquele que o Bibliotecário de fato executa. Detivemos o nosso olhar na teoria e na prática de leitura do Bibliotecário, o que resultou em algumas constatações:

- . o discurso que descreve a leitura do Bibliotecário procura caracterizá-la como científica, logo neutra e apolítica;

- . a leitura do Bibliotecário simula o modo de produção industrial, buscando produtividade, rapidez, não dando margem a reflexão e ao acúmulo de conhecimento por parte do Bibliotecário;

- . esta leitura deseja-se rigorosa, transparente. O sujeito leitor não deve interpretar. A leitura deve ser literal, apreendendo o conteúdo do texto e produzindo representações do mesmo, simulacros, dando-lhe unidade através de palavras-chave;

- . a leitura deve ser eficaz, administrável, controlada através de treinamentos rigorosos, obedecendo sempre a regras de objetividade.

Apontamos no cursoo desta reflexão para a divisão do trabalho de leitura da Idade Média: aqueles indivíduos autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (os cientistas, os intelectuais, os críticos) e os outros (os classificadores, indexadores, codificadores) leitores anônimos, cujo trabalho visava sustentar a leitura dos primeiros. Verificamos como esta divisão social da leitura evoluiu na atividade dos Bibliotecários, e constatamos que eles também têm a sua

leitura, mesmo que condicionada à instituição que os emprega (o Estado, a Universidade, a Igreja, a Empresa, etc).

Fechando mais o espectro de nossa análise, observamos a leitura do Bibliotecário em sua prática de indexação. Observamos de que lugar lê este leitor. Aí constatamos como o sujeito leitor emerge, apesar de sua leitura estar subsumida aos interesses da instituição, apesar das linguagens documentários (controle de vocabulário, de terminologia), trazendo consigo suas histórias de leitura.

Nossa análise explicitou a variação dos sentidos nas diferentes leituras de um mesmo texto (leitura polissêmica) contrapondo-se à leitura parafrástica (os sentidos já previstos nas linguagens documentárias). Observamos que o leitor escapa à todos estes mecanismos de controle de sua interpretação, mas não escapa de suas determinações históricas (sua formação discursiva).

Relevante também é, para nós, o que a define, o aspecto da capacidade de compreensão da leitura do Bibliotecário - e algumas de nossas análises estabelecem o limite entre aquilo que é o mínimo e o máximo que ele chegou a compreender, apontando para a contradição do modelo de leitura (teoricamente) desejado para o Bibliotecário: se esta leitura se quer rápida, produtiva, ela sacrifica a reflexão, impossibilita a interpretação, sem a qual este leitor não consegue apreender os sentidos do documento e, por sua vez, encontrar os descritores que seriam as palavras indicadoras das múltiplas possibilidades de leitura.

As metodologias da teoria da indexação - quer sejam atreladas ao texto ou as tradicionais, baseadas no bom senso e na intuição, não podem dar conta deste sujeito intérprete que emerge a partir da leitura.

Do confronto entre as histórias de leitura de um leitor específico, a sedimentação histórica dos sentidos (as linguagens

documentárias) e a interdiscursividade (todo discurso têm relação com outro(s) discurso(s) necessariamente ausente(s) que o determina(m)), desse confronto, dizemos, resulta a pluralidade de leituras apontadas em nossas análises, onde o Bibliotecário se constrói enquanto sujeito leitor.

A leitura do bibliotecário é classificadora, desdobrada de ofertas (retomo Mario de Andrade). Estes leitores ocupam diferentes estatutos: a leitura do bibliotecário não visa a produção de conhecimentos, a crítica; visa sim, o pré-tratamento dos documentos para os leitores das bibliotecas.

Seria desejável que este leitor pudesse ler de um lugar menos determinado (pelas linguagens documentárias ou por suas histórias de leitura) permitindo assim a abertura para as outras leituras possíveis. Compreender que há processos pelos quais os sentidos se produzem e condições e mecanismos de interpretação que definem os gestos de leitura dos sujeitos leitores, pode ajudar o Bibliotecário nessa sua prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre. *Histoire et linguistique*. Paris: CNRS, 1985.
- ANDRADE, Mario. *Os filhos da Cândinha*. São Paulo: Martins, 1976.
- BARANOW, Ulf Gregor. *Perspectivas na contribuição da Lingüística e de áreas afins à Ciência da Informação*. *Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, 1983. p. 23-35
- BARTHES, Roland & COMPAGNON, A. *Leitura*. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994
- BRITO, Marcílio. *Sistemas de informação em linguagem natural: em busca de uma indexação automática*. Brasília, *Ciência da Informação*, v. 21, n. 3, p. 223-232, set./dez. 1992
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- CINTRA, Anna Maria Marques. *Elementos de lingüística para estudos de indexação*. *Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, 1983. p. 5-22.
- CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. *Do mito à análise documentária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971. (tradução de Sirio Possenti)

- GOMEZ, Maria Nélida Gonzalez de. A informação: dos estoques às redes. Brasília: *Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, jan./abril 1995, p. 77-83
- KOBASHI, Nair Yumiko. *Elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da USP, 1994. (tese de doutorado)
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993
- LARA, Marilda Lopes Gínez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. Brasília, *Ciência da Informação*, v. 22, n. 3, 223-226, set./dez. 1993
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992
- LEROI GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1989
- _____. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991
- MILANESI, Luiz. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Palavra de amor. Campinas: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19:75-95, jul./dez. 1990a.
- _____. *Terra à vista !: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo:Cortez; Campinas:Editora da UNICAMP, 1990b.
- _____. *Entremeio e discurso*. In: Orlandi, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez/ Campinas:Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Ilusões da/na linguagem. In: *Foucault vivo* (Italo Tronca, Org.)
. Campinas: Pontes, 1987

_____. Dispositivos da interpretação. In: Orlandi, Eni Puccinelli.
Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.
Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *O discurso e seu funcionamento: as formas do discurso*. São
Paulo: Brasiliense, 1983.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

PÊCHEUX, Michel. Lire l'archive aujourd'hui. In: *Archives et documents
de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*.
Saint Cloud, SHESL, 1982.

_____. Rôle de la mémoire. In: ACHARD, Pierre et alii. *Histoire et
linguistique*. Paris, CNRS, 1985.

_____. *Semântica e discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69) . In: *Por uma análise
automática do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes
Editores, 1990

_____. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura: da história no
discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira et alii. Contribuição da terminologia
para a elaboração de tesouros. Brasília: *Ciência da Informação*, v.
21, n. 3, 197-200, set./dez. 1992

ZOPPI-FONTANA, M. *Modernização e discursos democráticos: porta-vozes
esclarecidos nos tempos de transição*. Tese de doutorado, IEL -
UNICAMP. Campinas, 1984.